

# LISBOA

BOLETIM DO  
GRUPO

"AMIGOS DE  
LISBOA"



ANO IX  
N.º 34

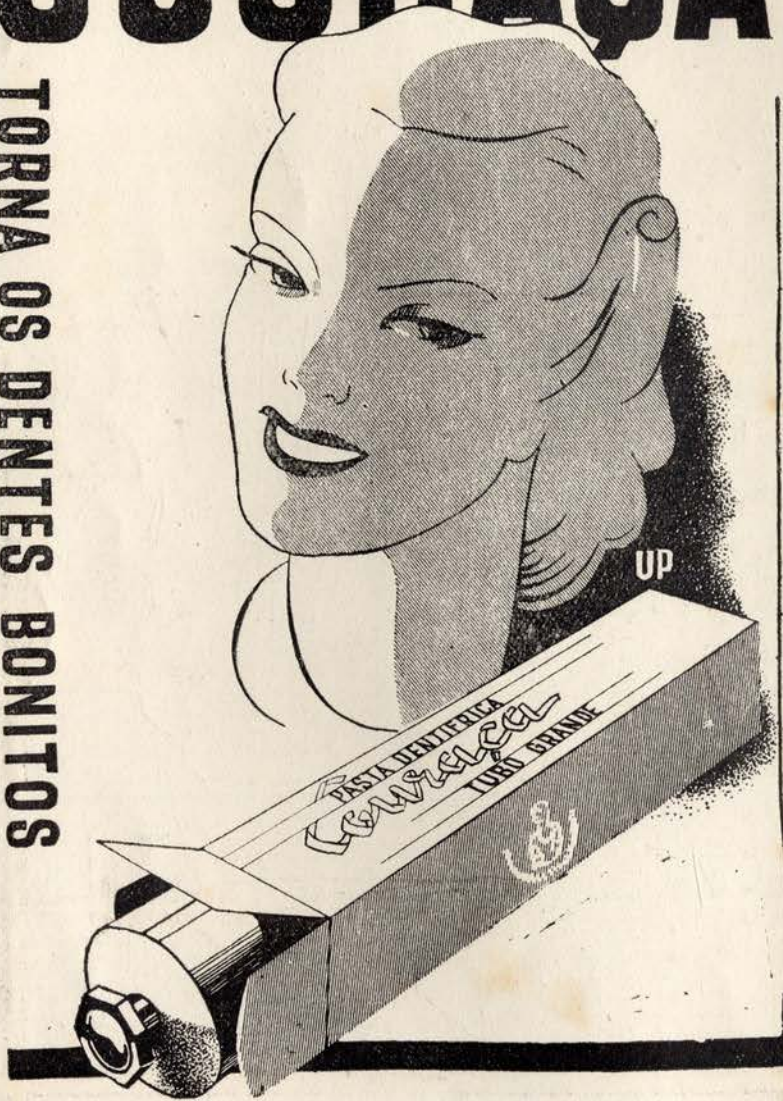


ABRIL  
1946



# COURAÇA

TORNA OS DENTES BONITOS



UP

# Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

S. A. R. L.

Capital: 80.000.000\$00 ◀ Fundos de Reserva: 64.800.000\$00

SEDE: 95, Rua do Comércio, 119 — LISBOA



**Filiais** — Porto, Coimbra, Braga, Faro e Covilhã.

**Agências** — Abrantes, Estoril, Gouveia, S. João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Mangualde, Torres Vedras, Tortozendo, Moura, Figueiró dos Vinhos, Matosinhos e Olhão

**Dependências urbanas (LISBOA)** — Alcântara, Almirante Reis, Benficio, Conde Barão e Poço do Bispo

**EFFECTUA TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS**

## ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA ~ EXCELENTE ESTRADA MARGINAL  
Rápido serviço de comboios eléctricos—Clima excepcional durante todo o ano

**Todos os desportos:** Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima, Tiro, etc.

**Estoril-Palácio-Hotel:** Moderno e elegante — Magnífica situação.

**Hotel do Parque:** Todo o conforto — Anexo às termas.

**Monte-Estoril-Hotel:** (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado.

**Estoril-Termas:** Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico.

Análises Clínicas — Ginástica Médica — Maçagens.

**Tamariz:** Magníficas esplanadas sobre o mar. Restaurante — Bar.

PISCINA de água tépida - SALA de ARMAS  
ESCOLA DE EQUITAÇÃO — STANDS DE TIRO

### CASINO:

Aberto todo o ano  
Cinema — Concertos — Festas  
Dancing — Restaurante — Bars  
Jogos autorizados

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL

# Companhia do Papel do Prado

S. A. R. L.

Proprietária das Fábricas do Papel do Prado e Marianaia (Tomar).  
Penedo e Casal Ermio (Lousã), Vale Maior (Albergaria-a-Velha)

Premiada em todas as exposições a que tem concorrido:

Medalhas de Ouro: Exposição Universal de Paris de 1900,  
Universal dos Estados Unidos do Brasil de 1908 e  
Industrial Portuguesa de 1929

**Execução rápida de papéis em todos os géneros, tendo  
sempre em armazém papéis para todas as aplicações**

Especialidade em papéis de máquina contínua,  
de escrever, de impressão, manilhas, afiches  
e imitação de «Couché»; Papel de cor para  
capas; Papéis de embrulho; Papel Kraft; Vegetal;  
Papelão palha; Papéis de máquina redonda,  
almoços, Leornes, mezenas, etc. À venda em todos  
os estabelecimentos de papelaria e armazéns

Telefones: DIRECÇÃO 2 3523 — Armazém 2 2532  
Escritório 2 2331 — Do Estado 188

Rua dos Fanqueiros, 270 a 278-2.º  
Escritório e Depósito: SEDE  
LISBOA

49, Rua Passos Manuel, 51  
PORTO

---

Esta revista é impressa em papel da  
COMPANHIA DO PAPEL DO PRADO

## AGENCIA BRITISH PAINTS

ALFREDO RODRIGUES  
DOS SANTOS

Agentes exclusivos da

BRITISH PAINTS LTD.

*A maior e mais moderna  
Fábrica de tintas do Mundo  
Consórcio das 6 melhores  
Fábricas inglesas e mais 18  
associadas em todo o mundo*  
Av. da Liberdade, 69 — LISBOA

## AGÊNCIA HELICE

DE

Alfredo Rodrigues dos Santos

COMÉRCIO  
IMPORTAÇÃO  
EXPORTAÇÃO

CORRETOR DE SEGUROS  
REPRESENTAÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Avenida da Liberdade, 69

Telefone 22119 — LISBOA

# VINHO DO PORTO

« GRAHAM »

« Emperor »  
« Five Crowns »  
« Six Grapes »  
« Imperial Dry »

— « Tawny » Velhíssimo  
— Muito velho e sêco  
— « Vintage » Velho do casco  
— « Ruby » Leve



GUILHERME GRAHAM JNR. & C.<sup>A</sup>

Rua dos Fanqueiros, 7  
Lisboa Tel. 20066/9

Rua dos Clérigos, 6  
Porto Tel. 880/1

## CIMENTO TEJO

CANTARIAS — MARMORES

ANTONIO MOREIRA RATO & F.<sup>OS</sup>, L.<sup>DA</sup>

Telefone 6 0879

Telegramas — RATOFILHOS

Avenida 24 de Julho, 74-F.  
LISBOA

# AMIGOS DE LISBOA

## Edições do Grupo

	Preços para sócios - pública	
Olisipo, Dos n.ºs 3 a 14 e 16, 19, 21 e 23/4	2150	7500
» N.ºs 25/34	5500	10100
Noite de Evocação do Café Martinho ( <i>esgotado</i> )		
Noite de Evocação do Leão de Ouro	5500	7500
Urbanização de Lisboa	2500	3500
<b>A. VIEIRA DA SILVA</b>		
A Ponte de Alcantara e suas circunvisinancas	5500	6500
Os Pacos dos Duques de Bragança em Lisboa	9500	10500
<b>ALFREDO DA CUNHA</b>		
Olisipo - Berço do Periodismo Português	4500	5500
<b>Arq. ANTONIO DO COUTO</b>		
A Igreja do Menino de Deus	4500	5500
<b>ANTONIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA (SIDONIO MIGUEL)</b>		
A Igreja e o sítio de Santo Estêvão	4500	5500
Bagatelas do tempo vário	4500	5500
O Campo de Santa Clara	4500	5500
Ronda e Silva de Lisboa Velha	4500	5500
<b>EDUARDO NEVES</b>		
Faculdade de Medicina ( <i>esgotado</i> )		
Igreja da Penha de França ( <i>esgotado</i> )		
Ruínas do Carmo ( <i>esgotado</i> )		
<b>HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA</b>		
Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett	4500	5500
<b>F. A. GARCEZ TEIXEIRA</b>		
A Irmandade de S. Lucas	5500	7500
<b>JOSE SEBASTIAO DE SALDANHA OLIVEIRA E DUN</b>		
Relação Histórica (Resumida) das Cavalhadas no Torneio Real que se fez na Corte e cidade de Lisboa no ano de 1795	9500	10500
<b>LUIZ CHAVES</b>		
Lisboa no Folclore	4500	5500
<b>LUIZ MOITA</b>		
Ermida de Santo Amaro	7500	8500
<b>MARIA MADALENA DE MARTEL PATRICIO</b>		
A Nossa Amiga Lisboa	4500	5500
<b>MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO</b>		
A Igreja e o Convento da Graça	5500	7500
Igreja da Conceição Velha	2500	3500
<b>NORBERTO DE ARAÚJO</b>		
Pequena Monografia de S. Vicente.		
Edição vulgar	5500	6500
Edição especial	12500	20500
<b>RUY DE ANDRADE</b>		
Alfredo de Andrade e alguns problemas de Edificação citadina	4500	5500
<b>Edições consignadas</b>		
Sumário em que brevemente se contém algumas cousas (assim eclesiásticas como seculares) que há na cidade de Lisboa, de Cristóvão Rodrigues de Oliveira	22500	25500
<b>ALBERTO MEYRELLES</b>		
Lisboa Ocidental	8500	10500
<b>ANTONIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA (SIDONIO MIGUEL)</b>		
A Festa do Adro	9500	10500

Preços para sócios - pública

<b>ANTONIO RODRIGUES CAVALHEIRO e LUIZ PASTOR DE MACEDO</b>		
Figuras e Episódios da Restauração e o Palácio Almada		50500
<b>CONDE DE ALMADA</b>		
Relação dos Feitos de D. Antão de Almada.		
Edição vulgar	10580	12500
Edição especial	18500	20500
<b>EDUARDO NEVES</b>		
Lisboa na Numismática e na Medallística	4550	5500
Lisboa nos Ex-libris	6550	7550
<b>GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA e PASTOR DE MACEDO</b>		
A Nossa Lisboa	36500	40500
<b>FERREIRA DE ANDRADE</b>		
Relação das casas foreiras em 1534, à Igreja de S. Cristóvão	13550	15800
O Senado da Câmara e a Guerra Civil	27800	30800
<b>J. S. VIEIRA</b>		
O Convento dos Marianos	4500	5500
<b>JOÃO PINTO DE CARVALHO (FINOP)</b>		
Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols., cada	9500	10500
<b>JOAQUIM ROQUE DA FONSECA</b>		
A Urbanização de Lisboa e o Comércio da Capital	10580	12500
<b>JOSÉ DIAS SANCHES</b>		
Agnarelas de Lisboa	6550	7550
<b>JOSÉ PERRY DE SOUSA GOMES</b>		
Lisboa - da sua vida e da sua beleza	5550	6500
<b>JULIETA FERRAO</b>		
Lisboa 1870	9500	10500
<b>LEOPOLDO DE FIGUEIREDO</b>		
O Convento de Nossa Senhora dos Remédios	6550	7550
<b>LUIZ PASTOR DE MACEDO</b>		
A Baixa Pombalina	6500	7500
A Rua das Canastras	6550	8500
Crítica, Correções e Adiantamentos, à obra «Lisboa do meu tempo e do passado - do Rossio à Rotunda», do Sr. João Paulo Freire (Mário)	4500	6500
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da freguesia da Sé.	6550	7550
Tempos que Passaram	10580	12500
<b>LUIZ TEIXEIRA</b>		
Figuras e episódios do Leão de Ouro	4550	5500
<b>MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO</b>		
A Calçada da Ajuda.		
Edição vulgar	6550	7550
Edição especial	13550	15500
Luiza de Agular Todt	9500	10500
<b>NORBERTO DE ARAÚJO</b>		
Peregrinações em Lisboa, n.ºs 1 a 9 e 11 a 15, cada	7500	8500
Legendas de Lisboa	18500	20500
<b>PAULINO MONTEZ</b>		
A Estética de Lisboa	27500	30500
Lisboa-Alcântara/Alvito	20500	18500
<b>ROBERTO DIAS COSTA</b>		
A Paróquia de S. Jorge da cidade de Lisboa	7500	8500

**E todas as edições culturais da Câmara Municipal de Lisboa**

**EDIÇÕES DO GRUPO E CONSIGNADAS**

# CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161 / Telef. 24264-65 P. B. X. / Lisboa

Rua Sá da Bandeira, 166 / Telef. 1361 P. B. X. / Porto

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas, e Soutiens. Decorador-estofador Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos  
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN



Fácil de preparar, de sabor agradável, é um excelente reconstituente altamente nutritivo e de notável digestibilidade, — O alimento ideal para colegas desportistas, jovens, mães enfraquecidas, débeis, convalescentes e pessoas idosas.

**N E S C A O**  
É UM PRODUTO NESTLÉ

A marca que inspira confiança

AO PEDIR

ÁGUA MINERAL

PEÇA



LEVE, ESTOMACAL, LÍMPIDA

*Efeitos imediatos na Digestão*



— A' venda em toda a parte —

# *Empresa Insulana de Navegação*

## CARREIRAS REGULARES ENTRE LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Saídas em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Pico (Lages) e Faial.

Saídas em 23 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas) Pico (Cais), Faial, Côrvo e Flores (Lagens e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Côrvo só se efectua nos meses de Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro só para troca de correspondência e serviços de passageiros.

---

### A G E N T E S

#### EM LISBOA

**GERMANO SERRÃO ARNAUD**

Carga e passagens de 3.ª classe

Avenida 24 de Julho, 2. 2.º

Telef. 20214/15

Passagens de 1.ª e 2.ª classe

Rua Augusta, 152

Telef. 20216

#### NO PORTO

**J. T. PINTO VASCONCELOS, LIMITADA**

Na Madeira

**BLANDY BROTHERS & C.ª L.ª da**

Em Ponta Delgada

**BENSAÚDE & C.ª, L.ª da**



# Dominguez & Lavadinho, L.<sup>da</sup>

**PAPELARIAS**  
nacionais e es-  
trangeiras

**FÁBRICA** de  
sobrescritos, ma-  
nipulação de pa-  
péis de escrever  
e sacos de papel



**TINTA DE  
ESCREVER**  
nacionais e es-  
trangeiras

**PAPÉIS QUÍMI-  
COS**, lápis, arti-  
gos de escritório  
e de desenho

**SEDE:** Rua da Assunção, 79 a 85 e Rua dos Sapateiros, 135 a 143

Telefones: 2 5201 / 02

**FÁBRICA:** Av. Casal Ribeiro, 18 a 25 — LISBOA

## COMPANHIA ALCOBIA

Fornecedores dos melhores  
e mais lindos mobiliários

CÓMODAS DE ESTILO — PORCELANAS  
DE SAXE — ESPELHOS DE VENEZA —  
CANDEEIROS DE CRISTAL, DE FERRO  
FORJADO E DE MADEIRA — TAPEÇA-  
RIAS — MARQUISSETES E VOILES  
SUIÇOS — CARPETES DE LÃ

## COMPANHIA ALCOBIA

Rua Ivens, 14 (esquina da Rua Capelo)

Telef. 2 6441

Telef. 2 0244

Teleg. PAPELCAR

## *Papelaria* **CARLOS**

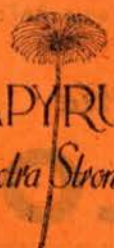
de Carlos Ferreira, Ltd.

34. RUA DO OURO. 38  
LISBOA

Especialidade em livros para  
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

Grande sortido de artigos para  
DESENHO E ESCRITÓRIO

**CHÁ CELESTE**  
*preto e verde, uma delicia!*



**PAPYRUS**  
*Extra Strong* **PAPYRUS**

- PAPYRUS — O melhor papel para escrever
- PAPYRUS — O melhor papel para imprimir
- PAPYRUS — O melhor papel para Títulos de Crédito
- PAPYRUS — O melhor papel para Apólices, etc.
- PAPYRUS — Os melhores livros comerciais
- PAPYRUS — Os melhores sobrescritos
- PAPYRUS — O melhor papel para cartas

A venda nas Papelarias e Tipografias

**Amador A. Dominguez & C.<sup>a</sup> (Filho)**

DEPÓSITO GERAL:

Rua dos Correios, 70 LISBOA  
 Telef. 25854 End. Teleg. PAPIRO

**Livraria  
 Portugália**

75, Rua do Carmo — Telef. 2 0791

LISBOA

livros nacionais e estrangeiros

*Grandes sortidos das melhores  
 edições inglesas e americanas, de  
 Literatura, Estudo, Arte,  
 História, Medicina, Economia,  
 Direito, etc., etc.*

Sempre as melhores novidades

Oferta

27. JUL. 1988

M.

ANO IX

ABRIL DE 1946

NÚMERO 34

# OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —

COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA»-R. DO SALITRE, 153-TELEF. 52173-LISBOA

## SUMARIO



- 1.ª SEMANA DOS AMIGOS DE LISBOA — Afecção proferida na inauguração da «1.ª Conferência Bienal» do Grupo pelo Presidente da Junta Directiva *prof. Celestino da Costa*  
Algumas palavras ditas no cemitério do Lumiar, diante do cova) de Júlio de Castilho, na inauguração da «1.ª Semana dos Amigos de Lisboa», por *Norberto de Araújo*
- 1.ª CONFERENCIA BIENAL DOS AMIGOS DE LISBOA — Actas das Secção de Estudo, lidas e aprovadas na sessão de encerramento.
- SOBRE A NUMERAÇÃO DAS RUAS DE LISBOA, tese apresentada pelo *Eng. A. Vieira da Silva*
- OS HABITANTES DE LISBOA IGNORAM A EXISTÊNCIA DOS SEUS MUSEUS DE ARTE, tese apresentada pelo *Dr. João Couto*
- A PROPÓSITO DA ÁREA E DISTRIBUIÇÃO DOS JARDINS E PARQUES DE LISBOA, tese apresentada pelo *Dr. Manuel Vicente Moreira*
- A CAPELA DOS TERCEIROS DE JESUS, por *Ferreira de Andrade*
- HISTÓRIA DE UMA CASA POMBALINA, por *José de Campos e Sousa*
- AMIGOS DE LISBOA — Lista dos sócios aprovados durante o ano de 1945

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS  
OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

# OLISIPO

The first of the series of the ...  
... and ...

The second of the series of the ...  
... and ...

The third of the series of the ...  
... and ...

The fourth of the series of the ...  
... and ...



# 1.<sup>a</sup> Semana dos AMIGOS DE LISBOA

*Alocução proferida na inauguração da «1.<sup>a</sup> Conferência Bienal» do Grupo pelo Presidente da Junta Directiva  
Prof. CELESTINO DA COSTA*

*Creio que, no público, a existência e actividade do nosso Grupo não são sempre bem compreendidas. A alguns parece uma excentricidade, um gosto estranho por velharias, com menosprezo dos problemas reais e a ideia generosa que, há alguns anos, nos reuniu, se propagou, criou cada vez mais adeptos, que a mantêm viva, não conseguiu da parte de todos os habitantes da cidade igual compreensão.*

*Contudo, nada mais natural do que interessarem-se os lisboetas pela sua terra; que procurarem instruir-se da sua história; conhecer e admirar os seus monumentos e sítios e velar pelo seu desenvolvimento e bem-estar, o que está indissolúvelmente ligado ao bem-estar de cada um de nós.*

*Conhecer e amar a sua pátria é dever de todos os cidadãos, que não precisa de ser imposto nem explicado. Mas nem todos reflectem em que uma pátria é um aglomerado de unidades mais pequenas e de diferentes géneros: os individuos, certamente; as famílias e, acima destas, os agregados populacionais: a aldeia, o bairro, a cidade, a província. Ao lado dos problemas que interessam a todos os portugueses há os próprios a cada uma dessas unidades. País uno, centralizado, não deixa por isso Portugal de ser constituído por províncias bem individualizadas com seus falares próprios, seus interesses, seus costumes especiais. De alguns anos a esta parte assistimos ao despertar desses pequenos patriotismos que se fundem facilmente no grande patriotismo nacional mas que não deixam de ser úteis pelo que obrigam a pensar no que é peculiar a cada província e estimulam nos seus naturais o amor e interesse por ela.*

*O que dissemos das províncias, podemos dizer-lo das cidades e de nenhuma como de Lisboa porque é a maior de todas as portuguesas, capital de nação, empório mundial, sendo há muito grande porto de mar, hoje já grande aero-porto, encruzilhada de muitos caminhos e, hoje, também, já terra não só de muito comércio, como de muita indús-*

tria, sede de letras e academias e museus e institutos de vária ordem, bem como dos órgãos do governo e de muitas outras instituições políticas, administrativas, policiais, religiosas e militares.

Tudo isto, que é a Lisboa de hoje, o foi sempre, em relação a seu tempo, desde que os Reis de Portugal, terminada a conquista, puderam assentar arraiais e gozar da vantagem de exaltar a capital dos seus reinos no sítio melhor destes, que foi esta bendita margem do Tejo, no sopé da colina coroada pelo Castelo militar e cujo melhor e mais sólido ornamento foi essa vetusta Sé que, através de todas as convulsões — e muitas foram — se manteve quase única testemunha de toda a nossa história como cidade e como País.

Pouco a pouco, em marcha sempre crescente, irradiou da colina sagrada, nosso bêrço, para as outras colinas e vales vizinhos, esta capital e nós bem sabemos onde chegou: a ocupar uma área monstruosa que da Charneca até ao Tejo, dos Olivais a Algés bem depressa virá a abrigar o milhão de habitantes que está destinada a possuir dentro em breve. Crescimento este espantoso, mas comparável ao de tantas outras grandes cidades, sinal evidente da sua real importância, aqui, como além, fenómeno invencível que não devemos imaginar possível combater, mas com que devemos contar, preparando-nos para os problemas que vai levantando e levantará.

Ao habitante da Capital que seja, como é seu dever, amigo de Lisboa, inscrito ou não no nosso grupo, mais ou menos consciente dêsse sentimento, se reflectir sobre esses múltiplos problemas ligados à estrutura e à vida desta terra, certamente ocorrerão em primeiro logar as questões práticas, essenciais: a habitação, seu espaço e sítio, sua condição de arejamento e iluminação e aquecimento, seu arranjo interior e aspecto exterior, os arruamentos, as canalizações, os transportes e todos os outros aspectos do grande problema de urbanismo, sem esquecer os estéticos, pois nem só de pão vive o homem, mas não esquecendo precisamente os alimentares, preocupação formidável de todos os que têm a seu cargo a tremenda responsabilidade de assegurar à população o pão e a água. Todas estas questões e muitas outras nos preocupam sempre e não esquecerei entre elas, todas as ligadas à satisfação de tudo quanto precisa uma população, por demais numerosa: necessidades materiais de vestuário, e toda a espécie de artigos indispensáveis à conservação da vida individual e ao seu conforto, necessidade das instituições que se encarregam de assegurar a saúde de nós todos e em que incluímos os hospitais, mas necessidades também espirituais, pois temos de educar os nossos filhos e de constantemente nos instruímos e para isso precisamos de escolas, de museus, etc., etc.

Que estes problemas existam em tão grande proporção e de tão

subida qualidade, como os conhecemos e diàriamente os discutimos, vemos da grandeza da cidade. A sua escala é incomparavelmente maior do que a dos assuntos que no princípio do século XIX, por exemplo, fixaram a atenção dos nossos antepassados, mas já no nosso tempo eles alcançaram uma amplitude que torna a administração da capital problema não muito diferente em complexidade da do país.

Se o lisboeta se entregar pois à meditação sobre a sua cidade, o que ela é, o que ela deve ser, o que ela será, fàcilmente reconhecerá que, para compreender todas essas questões, se lhe torna necessário saber também o que ela foi e como se tornou no que hoje é: e é todo o problema da história de Lisboa que assim surgirá deante de nós.

Houve sempre quem procurasse na história de Lisboa o elemento fundamental para a sua compreensão; mas na minha geração, na que a precedeu e na que lhe está seguindo, Lisboa viu aparecer um grupo notável de homens ilustres que, amorosamente, com métodos e probidade, indagaram das suas origens e evolução, buscaram as raízes da sua população, devassaram a génese das suas casas, dos seus palácios, das suas ruas e foram assim ressuscitando diante dos nossos olhos curiosos a forma e a vida de Lisboa de velhos tempos mais ou menos remotos. De maneiras várias, estudando de preferência este ou aquele aspecto do problema, conforme seus temperamentos, e suas condições, a história de Lisboa veio sendo edificada pelos Júlio de Castilho, os Vieira da Silva, os Matos Sequeira... e tantos outros, pois para aqui, propositadamente, receoso de deixar de mencionar algum, tanto mais que qualquer deles é capaz de evocar profundamente essa velha e complexa história, fazendo com que, ao ouvi-lo, momentaneamente, esqueçamos os outros que, afinal, são igualmente capazes dos mesmos sortilégios.

E a história não é apenas a dos homens que aqui viveram, mas também a do sítio onde viveram, e como Lisboa não é, à semelhança de outras, uma cidade artificial, creada pela mão de um rei, como certos de antanho, ou dum parlamento, como algumas capitais federais dos nossos tempos, o factor sítio, o factor geográfico desempenha na história de Lisboa uma importância que não podemos dissimular e que ao historiador se apresentaria como problema n.º 1.

Somos assim levados a reconhecer que o estudo desta cidade — que se sucede de uma maneira geral com qualquer outra idêntica — se decompõe em capítulos numerosos e variados, susceptíveis cada um de desenvolvimento próprio, capazes de consumir a vida e trabalhos de investigadores especializados e, como tais, ciosos da importância dos seus próprios estudos, às vezes tentados a apoucar um nadinha a dos outros, que lhes parecem sem fundamentos Mas todos esses estudos só

são verdadeiramente apreciáveis em seu justo valor quando comparados entre si e justapostos, quando para um mesmo e comum objectivo, o conhecimento de Lisboa, concorrem o geógrafo, tanto o físico como o humano ou o económico, o historiador, quer o do passado militar e politico, quer o da vida citadina, bairrista ou familiar, quer o biógrafo dos grandes homens, ou o monógrafo das grandes casas, quer historiador das instituições, dos costumes, das finanças, do comércio e da indústria e da cultura; quer o critico de arte, que nos apresenta, discutindo-os, os monumentos, os quadros, as estátuas; quer o urbanista que analisa o plano da cidade, no passado, no presente e no futuro, as suas vias, os seus jardins, a sua rede de transportes, as ligações com a provincia ou com o mundo; ou o higienista, inclinado sobre o magno problema da saúde da cidade; e tantos e tantos outros aspectos dos problemas que dizem respeito a Lisboa.

Criou-se, finalmente, há poucas semanas, uma Cadeira de Estudos Olisiponenses, que todos desejávamos, mas que a alguns dos nossos principalmente se deve, sem falar nas instituições officiaes, que finalmente lhe deram vida. A volta do programa anunciado para este ano, quanto se tem discutido, tanto mais que esse programa, concebido dentro de certos pontos de vista, não dissimulava a critica de outros modos de ver. Presto ao seu autor, cujo saber, honestidade e intelligência admiro, a justiça que merece, e não duvido de que faria um curso seriamente pensado e effectuado e de que as suas lições concorrerão notavelmente para melhor conhecermos Lisboa, serão bons estudos olisiponenses. Mas outros há e outros aspectos têm de ser considerados e o melhor conhecimento desta cidade não desprezará nenhum elemento sério colhido pelos seus estudiosos. Quantas vezes a história dum homem, as vicissitudes duma família, as transformações dum bairro esclarecem, iluminam pontos obscuros da história dum povoado. Honra, pois, à memória de Castello, com todas as suas divagações, as suas anedotas, o seu romantismo impenitente, não só pelo que averiguou e nos ensinou de positivo, pelo interesse que nos soube despertar, por saber contar-nos a sua história, pois está muito longe de ser indifferente a um historiador a arte de bem escrever, o talento da composição, certo sentido dramático e mesmo cómico; que sabe prender a nossa atenção e que nunca é demais, mesmo no trabalho mais objectivo, uma vez que a verdade não soffra e o facto se não altere ou dissimule.

Os «Amigos de Lisboa», esses, de sempre compreenderam que a ciência olisiponense é de mil facetas. Com igual interesse os vemos escutar as conferências mais diversas: de história, de geografia, de arte, de costumes populares, de urbanismo. Quer se vá examinar um sítio, visitar um monumento histórico ou um edificio público, assistir



à execução dum trabalho ou à laboração de uma fábrica, as nossas visitas dominicais reúnem públicos numerosos. Nada de quanto interesse a Lisboa lhes é estranho!

Em sua intenção projectou o sr. Sidónio Miguel esta Semana de Lisboa, espécie de um congresso, mas sem a organização científica ou o aparato erudito dos congressos. Maneira de, durante uma semana, pensarmos com redobrado interesse e vigilante amor nesta nossa cidade querida. Nessa semana ouvirão os amigos de Lisboa conferências e palestras que focarão os mais diferentes aspectos, e certamente que não será apenas na piedosa cerimónia, que ontem levou alguns deles ao cemitério do Lumiar, que a memória de Júlio de Castilho ou de outros olisiponenses falecidos será evocada. Como sempre nos lembraremos dos que, de gerações diversas até às mais novas, continuam entre nós seguindo os exemplos daqueles na afeição por Lisboa e no trabalho sério.

Não irei, por desnecessário, comentar e explicar o programa da nossa Semana, que foi organizado com simplicidade, como um ensaio de futuras «semanas» já com mais substância — tanto mais que se aproxima o centenário da Tomada de Lisboa, isto é, do advento desta cidade como cristã e portuguesa. Apenas me referirei a um dos números do nosso programa, a récita de amadores — que tantas páginas deliciosas sugere sempre aos nossos humoristas, ávidos de lhes explorarem o que pode ter de pitoresco ou de ingénuo, mas sinal desse amor ao teatro que alguns, como Giraudoux — e não me esqueço do que pessoalmente lhe ouvi a esse respeito — consideram como índice da cultura dum povo, e que em Lisboa se manifestou como podia e não perdeu os seus cultores.

Se em Paris, ou Madrid, ou Londres, ou Roma, a dureza extrema dos tempos permitisse uma semana como a que hoje tem início — e em nenhuma dessas capitais falta o culto pela cidade, os seus monumentos, a sua história local, o seu interesse pela própria terra — os programas seriam certamente tão diferentes entre si como é possível. Contudo há, entre as cidades, entre as capitais, problemas comuns, e o programa de tais estudos quasi podia partir dum mesmo questionário. Mas as respostas seriam bem diversas, porque as referências de sítio, do clima, de população, de interesses económicos, de organização social, de história política e militar, de tradições artísticas e literárias, da vida cultural, diferenciam enormemente as cidades.

A vida tem-me feito visitar e habitar algumas das mais belas cidades europeias, das mais carregadas de arte e de história, das mais interessantes para quem se preocupe com os problemas da vida moderna. Sempre tive a curiosidade de as conhecer tanto quanto possível

e de ver nelas muito mais do que o que vê o viajante comum e às vezes o próprio habitante. Mas, quanto mais me enfronzava na história ou na evolução duma Paris ou duma Londres, mais diferentes as via e sempre em qualquer delas evocava a Lisboa, minha pátria querida, que nunca me pareceu tão bela, no presente ou no passado, como quando vista em pensamento, no seio de qualquer daquelas grandes urbes, suas irmãs.

Carácter individual qualquer povoado o tem. Nalgumas cidades esse carácter é mais pronunciado do que noutras. Basta para isso que a cidade seja velha e tenha sempre desempenhado grande papel — e é esse o caso de Lisboa, que desde o alvorecer da nossa civilização fez sentir a sua existência e cujo nome prestigioso se espalhou por todo o mundo. Basta também que a história, assim humana como física, haja agitado a cidade; que dentro dos seus muros tenha havido grandes sucessos e produzido-se grandes obras; que as condições da terra e dos homens tenham criado uma vida própria, uma arte, uma literatura, uma tradição apenas concebíveis e possíveis nesse sítio. E assim se compreenderá o carácter muito seu, muito vincado, desta Lisboa que, pelo menos desde Fernão Lopes, tantas gerações de escritores têm buscado descrever e definir, mas que encerra sempre seus mistérios, não se dando toda inteira, conservando-nos ansiosos por lhe descobrir este ou aquele enigma, sempre insatisfeita a nossa curiosidade, nunca esgotado o nosso amor.

Nesse amor, nessa curiosidade amungaremos todos nesta semana. Em nome do Grupo «Amigos de Lisboa», desde já agradeço a todos os que se prestaram a ser nossos guias e intérpretes, a começar pelo orador desta noite — a quem apresento, com as minhas homenagens, as minhas desculpas pelo tempo que tomei — bem como ao público, pela paciência com que suportou estes instantes furtados ao prazer de o ouvir.

---

**Algumas palavras ditas no cemitério do Lumiar, diante do coval de Júlio de Castilho, na inauguração da "1.ª Semana dos Amigos de Lisboa"**

por NORBERTO DE ARAUJO

Ainda que reunidos num cemitério, campo dos mortos, ligados pela solidariedade do silêncio de onde brotam afinal todas as ideias — é para exaltar e evocar a vida que nós hoje aqui nos encontramos: a vida que Júlio de Castilho trouxe às cousas mortas de Lisboa, a vida que o Mestre insuflou num meio que se havia esquecido de si próprio, a vida

que ele desenraizou do túmulo dos arquivos; da marmórea frieza das crónicas, da sonâmbula e amedrontada armadura da História.

Júlio de Castilho fez uma ressurreição. Do que era morte aparente conseguiu beleza; do que era dúvida, que é a noite da sabedoria, fez a madrugada clara das certezas. Encontrou o jeito, que só os poetas e os idealistas possuem, de pôr a verdade de pé, como se ela fosse uma Virgem de Tanagra contorcida pelas afrontas do esquecimento e pelas injustiças dos homens.

Nós damos a esta qualificação de Mestre, com que se nimba o nome natural de Júlio de Castilho, uma qualificação muito mais alta do que seja apenas a do professor que ensinou, do pedagogo da cultura lisiponenses, do catedrático do saber erudito, envolvido nas graças de forma encantadora. Nós damos a esta qualificação de Mestre um sentido espiritual de condutor de almas, de apóstolo e de profeta, espécie de discípulo de Cristo: «Mestre — deve-se pagar o tributo a César?». Não era ao professor que eles se dirigiam; era ao Mestre, nesse sentido lato do ideal que aproximava o homem da divindade.

Júlio de Castilho foi, sim, o Mestre que ensinou, mas foi sobretudo — e é a razão por que nos reunimos aqui, tão poucos que parece um cenáculo — o criador de uma religião, feita de amor à cidade que nos viu nascer ou onde nos sentimos bem, religião que irmana todos no único pensamento do estudo, que é quase oração, da defesa dos sagrados patrimónios da arte e da arqueologia, que é quase caridade, religião que paira acima de interesses profanos e de estultos credos confessionais, que é quase perfeição moral.

Júlio de Castilho ressuscitou Lisboa, como um architecto predestinado que fizesse ressurgir uma cidade calcinada pelas secas perpétuas do desamor à beleza, sem a frescura fraternal de uma lágrima de ternura, de um orvalho germinador de ideal.

Bem fizeram os organizadores da Semana dos Amigos de Lisboa em inaugurar o seu ciclo cultural de conferências e de evocações com esta romagem piedosa.

Certo as circunstâncias impuseram que fosse eu, o menos indicado e o mais modesto dos discípulos do Mestre, quem fizesse a sua evocação. Mas até nesta humildade da escolha Júlio de Castilho transparece como ele próprio foi: o condutor não apenas de doutores de filosofia mas de obreiros e de espíritos que não quiseram nascer para desafiar o Sol.

Em cada um dos eruditos, dos escritores, dos apaixonados, dos artistas, dos cabouqueiros de Lisboa — está um pedaço do produto da obra de Júlio de Castilho: persuasão. O próprio grupo «Amigos de Lisboa» é um horto cuja semente caiu do jardim florido e misterioso

que é a obra do autor da Lisboa Antiga, esse idealista que principiara por semear lilazes nas suas Manuelinas.

Aqui fica, com a nossa presença, e com a assistência espiritual dos que não puderam vir — o testemunho de respeito por esse ancião, cujos 106 anos que hoje teria se fosse vivo, lhe dariam o aspecto de um patriarca bíblico, de abençoadas mãos, de um filósofo do coração e da inteligência, ora terno ora assomadiço, a discutir, a inspirar doutrina, tendo uma palma assente sobre o livro da História e a outra sobre um livro de horas iluminado pela renascença da tradição.

## 1.<sup>a</sup> Conferência Bienal dos AMIGOS DE LISBOA

### Actas das Secções de Estudo

*lidas e aprovadas na sessão de encerramento  
sob a presidência do Dr. Joaquim Fontes, em  
21 de Dezembro de 1945.*

#### I — Secção de Estudos Históricos e de Defesa do Património Artístico Olisiponense.

*Presidente:* Dr. João Couto

*Secretários:* Ferreira de Andrade e Pascoal Rodrigues

*Relator:* Dr. Rodrigues Cavalheiro

#### Teses e Memórias apresentadas :

1 — O ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE E O CASTELO DE S. JORGE, por Ferreira de Andrade. — Bem elaborado no ponto de vista histórico e olisiopográfico, conclue propondo que se instale no Castelo de S. Jorge o Arquivo Histórico da Cidade e o Gabinete de Estudos Olisiponenses e que o recinto denominado Praça de Armas se transforme num verdadeiro mirante da cidade, convenientemente arborizado e beneficiado, com bancos e uma biblioteca exclusivamente olisiponense.

— Depois de lidas as conclusões pelo autor, foi aprovada por aclamação.

2 — DAS «NEGRAS DO POTE» À ESCADA «MAGYRUS», por Ferreira de Andrade. — É um sumário histórico, escrito com conhecimentos erúditos e elegância literária, dos serviços de incêndios em Lisboa através dos séculos.

— Felicitado o autor depois deste ter lido, a pedido da assembleia, alguns períodos do seu trabalho.

3 — DOAÇÃO FEITA POR D. JOSÉ AO COLÉGIO DOS NOBRES, por Luciano Ribeiro. — Dá a conhecer um importante documento para a história da política religiosa e cultural de Sebastião José de Carvalho e Melo. — Merece publicação, pois refere-se a um importante estabelecimento de ensino de Lisboa da segunda metade do século XVIII.

Foi lido o documento apresentado pelo autor na sua memória. Aprovado por aclamação.

4 — O COMPROMISSO DA IRMANDADE DO ESPÍRITO SANTO DOS PESCADORES DE ALFAMA, por António Ribeiro da Silva e Sousa (Sidónio Miguel). — Propõe que se proteja a pequena Ermida dos Remédios, erigindo-a por ventura em incipiente Museu das Corporações, sugerindo que se encarregasse da sua conservação qualquer dos organismos corporativos ligados à actividade marítima.

5 — O ANTIGO SEMINÁRIO DE SANTA CATARINA, por António Ribeiro da Silva e Sousa (Sidónio Miguel). — Sugere a intervenção do Grupo «Amigos de Lisboa» a favor da protecção oficial dos restos do antigo Seminário de Santa Catarina, em adeantado estado de ruína.

6 — OLIVEIRA MARTINS E LISBOA, por António Ribeiro da Silva e Sousa (Sidónio Miguel). — Transcreve citações de Oliveira Martins, em que o escritor dá alta importância geográfica, política, e económica a Lisboa na vida nacional de todos os tempos, propondo que na «1.ª Conferência Bienal» do Grupo «Amigos de Lisboa» se preste homenagem a tão ilustre lisboeta, que em Lisboa nasceu e morreu e cujo centenário se comemorou este ano.

7 — HOMENS BONS DE LISBOA, por António Ribeiro da Silva e Sousa (Sidónio Miguel). — Fala de alguns prestimosos cida-

dãos *alfacinhas*, bem enraizados na cidade, que prestaram, nas suas ruas, nas suas freguesias ou nos seus bairros, relevantes serviços a Lisboa e aos seus habitantes. —

— Lidas as suas conclusões pelo autor. A tese 4.<sup>a</sup>, em que intervieram os srs. dr. João Couto e Eduardo Portugal, foi aprovada por aclamação. A 5.<sup>a</sup>, aprovada. A 6.<sup>a</sup>, aprovada por aclamação, e a 7.<sup>a</sup> lida na íntegra pelo autor, a pedido da assembleia, foi também aprovada.

8 — SOBRE A NUMERAÇÃO DAS RUAS DE LISBOA, por A. Vieira da Silva.—Propõe, com fundamentos lógicos e de valor prático, a adopção das seguintes disposições: a) que nos letreiros murais das vias públicas se inscreva o seu número de registo; b) que nos letreiros se suprima a referência a bairros; c) que se publique uma relação oficial das vias públicas com a respectiva numeração; d) que nos endereços postais e telegráficos se possa usar o nome ou o número da via pública.

— O sr. dr. João Couto fez o elogio do sr. Eng. A. Vieira da Silva, lamentando a sua ausência; e, conhecendo a sua tese, deu alguns informes sobre ela. Aprovada, por sugestão do sr. Ferreira de Andrade, por aclamação e de pé.

9 — SUBSÍDIOS INÉDITOS PARA A HISTÓRIA DE LISBOA, por José Dias Sanches. — Transcreve uma cópia, existente na Biblioteca de Madrid, um documento relativo ao «Livro da Roda da Sé de Lisboa».

— Depois de breve esclarecimento do autor, foi aprovada.

10 — D. AFONSO HENRIQUES E A NOSSA SENHORA DA ENFERMARIA, pelo Prof. Costa Sacadura. — Curioso trabalho de investigação histórica, relativo ao culto, no início da nacionalidade, de Nossa Senhora da Enfermaria, digno de ser conhecido do público.

— Lidos alguns períodos pelo autor, foi aprovada.

11 — OS HABITANTES DE LISBOA IGNORAM A EXISTÊNCIA DOS SEUS MUSEUS DE ARTE, por João Couto. — Bem elaborada tese acerca do abandono a que a população citadina vota os

seus Museus, terminando por sugerir: a) que o Grupo «Amigos de Lisboa» continue a promover, intensificando, as visitas dos seus associados e de estranhos aos Museus; b) que promova nas suas salas e fora delas palestras acerca dos Museus; c) que deles falem as suas publicações e sobretudo que as ilustrem com obras de Arte neles guardadas; d) que esta campanha seja feita não só entre pessoas ricas ou remediadas, mas também entre os habitantes dos bairros mais humildes. —

— O sr. dr. João Couto, seu autor, prestou esclarecimentos. Depois de terem intervindo os Srs. Sidónio Miguel, Eduardo Portugal e Dias Sanches, que propôs que o Grupo, junto das Freguesias de Lisboa, promova visitas da população aos Museus, foi aprovada.

12 — O FORTE DE S. PAULO OU DA TENÊNCIA EM 1793, por Durval Pires de Lima. — Curioso trabalho de investigação histórica que merece ser divulgado.

— Foi aprovada.

13 — ESQUEMA DE UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DE LISBOA, por Luís Chaves. — Ensaio duma sistematização etnográfica lisbonense do maior interesse. Poderá servir de ponto de partida a uma série de estudos ainda por fazer, embora o autor considere o seu escrito como «preâmbulo de uma obra que não se fará». Para que se faça — e quanto antes — torna-se imprescindível a publicação desta utilíssima tese.

— O autor deu explicações e leu o seu trabalho. Aprovado por aclamação.

14 — ALCAIDARIA DO CASTELO DE LISBOA, por Norberto de Araújo. — Propõe a criação do lugar gratuito de conservador do Castelo de S. Jorge, com o título honorífico de Alcaide, enunciando depois as respectivas funções. — É trabalho do maior interesse e que, para que possua a viabilidade que merece, se deve apreciar, tendo em linha de conta o que se propõe na tese 1.<sup>a</sup> — «O Arquivo Histórico da Cidade e o Castelo de S. Jorge», por Ferreira de Andrade.

— Aprovada a sugestão por maioria.

**II — Secção de Estudos Económicos e Sociais.**

*Presidente:* Dr. Luís Chaves

*Secretário:* António Ribeiro da Silva e Sousa

*Relator:* Dr. Durval Pires de Lima

**Teses e Memórias apresentadas :**

*A SUPERPOPULAÇÃO DE LISBOA, por Raul Esteves: —*

Foi aprovado um voto de agradecimento ao sr. General Raul Esteves por esta sua tese, com a qual foi honrada a nossa Conferência. Foram aprovadas em princípio as conclusões 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup>, no que se refere à necessidade de medidas restritivas da imigração da Província para Lisboa, e deixada à Junta Directiva a apreciação das conclusões 4.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> e respectivos procedimentos ulteriores.

*A EDUCAÇÃO CIVICA DOS ALFACINHAS, por Armando Gomes da Cunha: —*

*VARIOS ALVITRES, por Adriano Burguete: —*

*A BEM DE LISBOA, por Alberto Emílio Meyreles: —*

*A SÍFILIS, por Raul Matos Ferreira: —*

*OS MESTERES DA LISBOA DE HOJE, por J. Silvério Vieira: —*

*CRIANÇAS E ESCOLAS DE LISBOA, por José Gonçalo Santa Rita:*

*A CRIADA DE SERVIR E O ARDINA, por José António Augusto de Sousa: —*

*A PUBLICIDADE COLECTIVA DO COMÉRCIO DE LISBOA E OS BALCÕES DE LISBOA, por António Bernardes: —*

*O FERIADO DA CIDADE E A ABERTURA SOLENE DAS AULAS, por Maria Cecília Constant Ribeiro da Silva e Sousa: —*

*O FERIADO DA CIDADE, por Vítor Manuel Fillol: —*

Prestada homenagem aos autores destes trabalhos, pelos intuitos generosos e estudo que revelam, particularmente aos srs. drs. Adriano



Burguette, Alberto Emílio Meyreles, Raul Matos Ferreira e José Gonçalo Santa Rita (cujas conclusões muito se recomendam à atenção da Junta Directiva, para uma possível cooperação com os respectivos autores numa preconizada intervenção junto dos poderes públicos), foram aprovadas em princípio estas teses, com as reservas exaradas nas Conclusões da presente Acta.

*A MARCENARIA PORTUGUESA, por Hugo Raposo: —*

Foi aprovado este interessante estudo dum a indústria a que se procura dar carácter lisboeta e para a qual se preconiza a criação dum Escola Normal de aperfeiçoamento de marceneiros. Igualmente se recomenda à atenção da Junta Directiva, para possível cooperação com o autor em diligências a efectuar junto do Ministério da Educação Nacional.

*O CENTRO SOCIAL DA RUA DA BEMPOSTINHA, por Adriana Rodrigues: —*

Foi apreciada com o maior interesse esta comunicação da autora, cuja publicação se recomenda entre as primeiras de trabalhos de Conferências no nosso Boletim. Entende esta Secção que também à Junta Directiva se deve recomendar uma aproximação futura do nosso Grupo com o Instituto de Serviço Social, a bem do progresso social da nossa cidade.

### CONCLUSÕES

Conforme já foi dito, entende esta Secção dever formular algumas naturais reservas sobre os trabalhos aprovados em princípio, cõscia da responsabilidade em que incorreria de submeter os alvitres apresentados, múltiplos e variados, à atenção dos poderes públicos, como neles se pede, sem que sobre eles tenha incidido um estudo mais completo que o permitido pela própria natureza desta Conferência, desde logo definida como um ensaio da mais amplamente projectada para 1947, ano das comemorações centenárias da cidade.

Opina, portanto, que convirá, para estudo mais atento dos pormenores de todos os trabalhos apresentados a esta Secção, aproveitar a oportunidade da eleição dos novos Corpos Gerentes do Grupo, para concomitantemente se voltar à eleição das Secções de Estudo previstas pelos Estatutos, designadamente da de Estudos Sociais e Económicos, que poderia facilmente ser constituída pelos sócios que demonstraram agora o maior interesse nestes assuntos, e que, permanentemente agre-

gados em tais Secções, nos dariam certamente a possibilidade de interessantes realizações no decorrer do próximo triénio e de preparação cabal da II Conferência Bienal, com outra amplitude e outro rigor de estudo, sério e útil.

Tal o alvitre que submete à Junta Directiva.

### III — Secção de Estudos de Estética e Urbanização.

*Presidente:* Architecto Cotinelli Telmo

*Secretários:* Dr. Manuel Vicente Moreira e Ferreira de Andrade

*Relator:* Eng. António Emídio Abrantes

#### Teses e Memórias apresentadas:

Foram apresentados 40 trabalhos e discutidos 32, cujos autores e títulos são os seguintes:

- 1 — Armando Gomes da Cunha — «*Lisboetas, enfloremos os nossos jardins*» —
- 2 — Armando de Lucena — «*Teatros da Natureza*» —
- 3 — Dr. Adriano Burguete — «*Parque Eduardo VII*» —
- 4 — » » » — «*Sul do Tejo*» —
- 5 — » » » — «*Duarte Pacheco*» —
- 6 — » » » — «*O monumento a Luís de Camões*» —
- 7 — Henrique Marques J.<sup>or</sup> — «*Jardins de Lisboa*» —
- 8 — Dr. Amaro de Almeida — «*Pulmões da Cidade*» —
- 9 — Dr. Francisco d'Assis Brito — «*Lisboa e arredores*» —
- 10 — J. M. Boavida Portugal — «*Lisboa, primeiro degrau do Purgatório*» —
- 11 — Architecto António do Couto — «*Do estilo architectónico nas modernas construções de Lisboa*» —
- 12 — Dr. Manuel Vicente Moreira — «*A propósito da área e localização dos jardins e parques de Lisboa*» —
- 13 — » » » » — «*Jardins especiais de Lisboa*» —
- 14 — Rui Martins — «*Os poços de Lisboa*» —
- 15 — Dr. Amadeu Ferreira de Almeida — «*O Museu de Camões*» —
- 16 — » » » » » — «*A Imagem protectora de Lisboa*» —

- 17 — Dr. Amadeu Ferreira de Almeida — «A ampliação parcial da Rua do Arsenal»
- 18 — » » » » » — «Como reduzir o número de incêndios» —
- 19 — » » » » » — «O cemitério monumental de Lisboa» —
- 20 — » » » » » — «Lisboa precisa dum bloco moderno para escritórios» —
- 21 — » » » » » — «O Porto Franco do Tejo» —
- 22 — » » » » » — «Os contadores da água devem desaparecer» —
- 23 — » » » » » — «Uma escola municipal de escultura em Lisboa» —
- 24 — » » » » » — «A nova Biblioteca Municipal» —
- 25 — » » » » » — «Ampliação do Museu de Arte Contemporânea» —
- 26 — » » » » » — «A urbanização económica de Lisboa» —
- 27 — » » » » » — «C a s a s compradas por andares» —
- 28 — » » » » » — «A transformação económica do Rossio» —
- 29 — » » » » » — «Solução do problema da Rua 1.º de Dezembro» —
- 30 — » » » » » — «O aproveitamento dos cimos de Lisboa» —
- 31 — » » » » » — «Lisboa não tem um restaurante bem situado» —
- 32 — Joaquim Augusto Pascoal Rodrigues — «Um aspecto do problema dos transportes — Os ascensores» —

N.ºs 1-7-12 e 13. Estas quatro teses, respectivamente com os títulos «Lisboetas, enfloremos os nossos jardins», «Jardins de

Lisboa», «A propósito da área e localização dos jardins e parques de Lisboa» e «Jardins especiais de Lisboa», por tratarem de assuntos da mesma índole, foram discutidos em conjunto. Na sua apreciação intervieram os Srs. Dr. Armando Narciso, Hugo Raposo e Ferreira de Andrade. O primeiro, analisando os trabalhos apresentados, que pormenorizadamente discutiu, lembrou que seja solicitada à C. M. L. a sua actuação no sentido de serem construídos mais jardins na cidade, e bem assim, que a densidade de construção seja menor. O sr. Eduardo Portugal sugeriu que as crianças sejam também ensinadas a cultivar e a amar as flores, e que nos jardins de Lisboa fôsem colocados mais bancos ou outros assentos.

Após a discussão, que decorreu com elevado interesse, foram estas quatro teses aprovadas.

N.º 2 — «Teatros da Natureza» — na qual o seu autor descreve o grande alcance cultural e social que advem do funcionamento de «Teatros da Natureza», foi igualmente discutida e apreciada com justificada atenção, dada a natureza do assunto e a comprovada competência artística do seu autor. Depois de ter também falado sobre o assunto o secretário Ferreira de Andrade, foi, por sugestão deste senhor, esta tese aprovada por aclamação.

N.º 3 — «Parque Eduardo VII» — mereceu igualmente a melhor atenção da assembleia, a qual manifestou a sua concordância com a opinião exposta, de forma que o Parque Eduardo VII constitua para a cidade um pulmão robusto, belo e sadio, sendo finalmente aprovada.

N.º 4, «Sul do Tejo», mostra o seu autor as vantagens que resultariam da realização de vários melhoramentos derivados duma salutar urbanização de toda a margem sul do Tejo, na perspectiva do alargamento da cidade para esse lado. Depois de discutida por vários sócios, foi aprovada.

N.º 5 — «Duarte Pacheco» — Foi calorosamente aplaudida e mereceu a mais enternecida atenção da assembleia, sendo aprovada por aclamação e de pé. Foi proposto que o local, em Lisboa, onde poderia ser erigido o monumento a Duarte Pacheco, seja a Praça do Areeiro, o qual simboliza a acção desse malgrado Ministro na realização dos melhoramentos com que dotou a Capital.

O Presidente desta Secção, architecto sr. Cottinelli Telmo, ficou incumbido de elaborar o aditamento relativo à localização indicada.

N.º 6 — «*O Monumento a Luís de Camões*» — Propôs o seu autor que o actual monumento seja devidamente desafrontado da barragem florestal do lado do Chiado e que a base do monumento seja devidamente protegida por uma placa de relva cercada de flores.

Depois de esclarecido pelo seu autor de que apenas se trata de desembaraçar essa praça duma parte de árvore que oculta o monumento para quem vem do Chiado, e que a placa de relva servirá para evitar que o pedestal do monumento continue a servir de assento, foi esta tese aprovada por maioria.

N.º 8 — «*Pulmões da Cidade*» — Classifica o autor a sua tese, aliás bem desenvolvida, como notas sumárias dum trabalho mais completo.

Refere-se ao facto de as brisas do Tejo constituírem magníficas correntes de varrer, purificando a atmosfera viciada da cidade, apontando muitas das causas dessa viciação. Propõe que, para até certo ponto se poder debelar esse mal, sejam criados parques ou simples áreas arborizadas, aproveitando ao máximo possível todas as pequenas superfícies disponíveis, para nelas serem plantadas árvores de sombra, de folha perene e frondosa, constituindo outros tantos pulmões da cidade.

Felicitado o autor pelo seu excelente trabalho, foi este aprovado. É digno de ser publicado.

N.º 9 — «*Lisboa e arredores*» — Alvitra o seu autor que seja criada a defesa destinada a salvaguardar todos os edifícios, quintas e locais, não só de Lisboa como também dos seus arredores, os quais pela sua beleza, tradição e valor mereçam ser conservados.

Admitido que a acção do Grupo dos «Amigos de Lisboa» pode ser levada até às povoações que cercam a capital, da qual são consideradas satélites, foi esta tese aprovada.

N.º 10 — «*Lisboa primeiro degrau do Purgatório*» — Aponta as dificuldades da circulação e trânsito em Lisboa, não só para peões, como para veículos, nomeadamente para os automóveis. Propõe que, para obviar a estes inconvenientes, se procure instruir o público no sentido de prestar maior atenção a esse problema, chamando-se também o concurso da C. M. L. para o estudo calmo e lúcido do caso particular de cada arruamento, criando-se igualmente a consciência de que o problema é de interesse geral e que Lisboa merece que o seu trânsito seja eficazmente ordenado.

Foi aprovada, sendo considerada digna de ser publicada.

N.º 11 — «*Do estilo architectónico nas modernas construções de Lisboa*» — Duvida o seu autor que a architectura moderna, apresentada como padrão nos edificios entre a Avenida António Augusto de Aguiar e a Rua Oriental do Parque Eduardo VII, tenha viabilidades de existir, na sua actual forma, durante muito tempo, prevendo a sua decadência.

Condena o excessivo pejamento das vias públicas pelas matérias destinadas às obras e o perigo que representa para o público o exercício de oficinas de acabamento em plena rua.

Lido na mesa um telegrama em que o autor justificava a sua ausência por motivo de doença, foi esta tese aprovada com votos pelas suas melhoras.

N.º 14 — «*Os Poços de Lisboa*» — Mostra o seu autor a vantagem em serem conservados os poços que têm sido entulhados pela abertura de novos arruamentos. Esses poços, devidamente limpos, poderiam, em caso de emergência, ser devidamente utilizados, tal como acontece com aqueles que constam duma lista organizada pelo B. S. B.

Foi aprovada.

N.º 15 — «*O Museu de Camões*» — Foi aprovada em princípio, sugerindo-se que a Junta Directiva sobre ela se pronuncie definitivamente.

N.º 16 — «*A Imagem protectora de Lisboa*» — Foi igualmente admitida esta tese, na qual o seu autor propõe que a Imagem do Padroeiro Santo António seja erecta na maior torre do Castelo de S. Jorge.

N.º 17 — «*A ampliação parcial da Rua do Arsenal*» — Depois de o relator haver informado a assembleia de que tem conhecimento de estar a C. M. L. ultimando os trabalhos referentes à abertura dum arruamento entre o Cais do Sodré e a Praça do Comércio, através dos terrenos onde anteriormente esteve instalado o antigo Arsenal de Marinha, foi esta tese simplesmente admitida.

N.º 18 — «*Como reduzir o número de incêndios*» — Propõe o autor uma larga propaganda, no sentido de serem completamente apagados os fósforos e pontas de cigarros, causas imediatas de muitas centenas de incêndios.

Foi admitida.

N.º 19 — «*O cemitério monumental de Lisboa*» — Foi admitida esta tese, na qual o autor propõe a criação dum cemitério monumental em Lisboa, tal como existe em Milão e Génova.

N.º 20 — «*Lisboa precisa dum bloco moderno para escritórios*» — Mostra o autor a grande vantagem que adviria com a construção imediata dum bloco moderno, tendo seis a oito andares, unicamente destinado a escritórios, suprimindo-se assim a grande insuficiência de instalações deste género e a exorbitância de trespasses actualmente exigidos.

Depois de vivamente apreciada e discutida, foi esta tese aprovada.

N.º 21 — «*O Porto Franco do Tejo*» — Dada a excepcional posição geográfica do Porto de Lisboa e o magnífico estuário do Tejo, propõe o autor a criação dum Porto Franco, especialmente agora que o Brasil deixou de ter Hamburgo para Porto Franco na Europa.

Pela importância desta tese, que mereceu ampla discussão e interesse, manifestou a assembleia o seu inteiro aplauso, sendo aprovada.

N.º 22 — «*Os contadores da água devem desaparecer*» — Propõe-se a supressão dos contadores de água, a exemplo do que acontece em muitas cidades do estrangeiro.

Foi admitida em princípio.

N.º 23 — «*Uma Escola Municipal de Escultura em Lisboa*» — Propõe o autor a criação de uma escola desta natureza, especialmente destinada a criar artistas que executariam obras de arte para embelezamento da cidade.

Foi admitida em princípio.

N.º 24 — «*A nova Biblioteca Nacional*» — Trata da remodelação geral do edifício da Biblioteca Nacional, aproveitando a sua excelente localização e acção.

Foi admitida em princípio.

N.º 25 — «*Ampliação do Museu de Arte Contemporânea*» — Propõe o autor a ampliação das actuais instalações desse museu, construindo-se novas dependências nos terrenos anexos que deitam sobre a Rua de Serpa Pinto.

Foi admitida em princípio.

N.º 26 — «*A urbanização económica de Lisboa*» — Propõe o autor que se proceda à elaboração dum plano geral de modificações e transformações, de forma a conseguir um melhor aproveitamento das edificações e locais excelentes de Lisboa.

Foi admitida em princípio.

N.º 27 — «*Casas compradas por andares*» — Propõe o autor a construção de edifícios, cujos moradores poderiam adquirir os andares que ocupassem, a exemplo do que sucede em bastantes cidades do estrangeiro. Esta tese despertou grande interesse na assembleia, a qual, depois de discutida com vivacidade, foi, por proposta do sr. Hugo Raposo, aprovada por aclamação e merecedora de ser publicada.

N.º 28 — «*A transformação económica do Rossio*» — Propõe o seu autor que, para a transformação do Rossio, se adoptem os métodos que foram aplicados em Londres, para a transformação da Regent Street.

Foi admitida em princípio.

N.º 29 — «*Solução do problema da Rua 1.º de Dezembro*» — Preconiza o autor que, para a resolução deste problema, se apliquem os processos adoptados pelos municípios de Oslo, Turim e Londres, para casos idênticos.

Foi admitida em princípio.

N.º 30 — «*O aproveitamento dos cimos de Lisboa*» — Propõe o autor a erecção de templos monumentais no Castelo e Senhora do Monte.

Foi admitida em princípio.

N.º 31 — «*Lisboa não tem um restaurante bem situado*» — Não possuindo Lisboa um restaurante de onde se possa gozar as lindas vistas que a cidade possui, propõe o autor a instalação dum restaurante na parte norte da esplanada de S. Pedro de Alcântara.

Foi admitida em princípio.

N.º 32 — «*Um aspecto do problema dos transportes: os ascensores*» — Dada a deficiência de transportes em Lisboa, principalmente na parte acidentada da cidade, onde em sete colinas existem apenas três ascensores e um elevador, propõe o autor que, além de túneis, se promova a instalação de ascensores em locais apropriados.

Foi aprovada.



# Sôbre a numeração das ruas de Lisboa

tese apresentada pelo Eng. A. VIEIRA DA SILVA

Sabido é que apesar de variada e numerosa nomenclatura das vias públicas de Lisboa, estas não são todas claramente identificadas, pois que muitas há com o mesmo nome em sítios bastante diferentes, tendo sido necessário, para as distinguir, adicionar-lhes um complemento indicativo do local, que geralmente faz parte do topónimo oficial, mas que outras vezes é da iniciativa popular.

No 1.º caso estão, por exemplo:

Rua dos Ferreiros, à Estrela  
Rua dos Ferreiros, a Santa Catarina

No 2.º caso acham-se, por exemplo:

Rua de S. Domingos à *Lapa*, para se localizar em sítio diferente da Igreja e de outras vias públicas com o epíteto de S. Domingos, e se distinguir da  
Rua de S. Domingos de Benfica.  
Rua das Amoreiras à *Ajuda*, para se distinguir da  
Rua das Amoreiras, antiga Rua dos Arcos das Águas Livres.

Uma maneira fácil e rápida de evitar estas confusões consiste em numerar as vias públicas, de forma idêntica àquela como se procede com os prédios urbanos e em muitos actos da vida social. São numerados os telefones, as viaturas do serviço público, os quartos dos hotéis, os locais dos teatros, e até as próprias pessoas, sócios de associações, os militares, e membros de outras corporações.

A divisão administrativa de Lisboa em 4 Bairros data já quasi de seis dezenas de anos (decreto de 30 de Dezembro de 1886), e tem conservado assim uma certa estabilidade, que ao público tem permitido fixá-la e recordá-la sem grande esforço.

Os bairros são numerados 1.º a 4.º, partindo de leste (1.º Bairro) para Oeste (4.º Bairro), seguindo o curso do rio Tejo, de forma que a menção do nome de uma rua, quando for acompanhada da indicação do Bairro a que pertence, traz logo à lembrança a região de Lisboa em que ela aproximadamente se acha situada.

Esta circunstância é porém de pouca importância prática, porque as ruas são apenas conhecidas pelo seu nome, e não se usa nunca indicar o Bairro administrativo a que pertencem, e por isso no caso de dúvida ou hesitação, melhor se identifica a via pública mencionando o local ou zona da cidade onde ela se situa ou referindo-a a algum edificio ou rua mais conhecida da sua proximidade, do que indicando o bairro administrativo onde fica situada.

Para os actos da vida dos cidadãos é geralmente muito mais importante conhecer-se qual a freguesia a que uma rua pertence, do que o bairro em que ela está.

Por outro lado há em Lisboa outra categoria de bairros, os bairros fiscaes, tendo numeração própria de 1.º a 7.º, e com missões e atribuições completamente distintas dos administrativos, que não coincidem topográficamente com estes, e cujo conhecimento também interessa aos cidadãos ter presente.

Nos letreiros das ruas, pintados ou afixados nos cunhais dos prédios, tem a Câmara Municipal mandado escrever por baixo dos nomes indicativos e officiaes das vias públicas, o número do Bairro Administrativo em que elas se acham situadas.

Não está, porém, lá escrito qual a espécie de Bairro, mas todos sabem que o bairro 1.º a 4.º que lá vemos é o administrativo; mas se nos interessar saber qual é o fiscal, o letreiro nada nos diz. As pessoas desconhecedoras do facto podem induzir-se em equívoco, e em qualquer hipótese occorre perguntar: porque se menciona apenas o número do bairro administrativo, e não também o do bairro fiscal, quando o conhecimento do segundo é por vezes mais útil para o cidadão do que o primeiro?

Além disso, a numeração e os districtos dos bairros administrativos estão sempre sujeitos às conveniências variáveis da administração e aos caprichos da politica, e as alterações que por ventura elles venham a sofrer, ou obrigarão a alterações dispendiosas nos letreiros murais, ou se estes ficarem inalterados, serão indicações sem significação para o público, e origens officiaes de erros.

O número do registo dado às vias públicas resiste a estas vicissitudes.

Julgamos portanto que a indicação actual nos letreiros murais do número do bairro, se não é inconveniente, pelo menos é dispensável, e que deverá por isso ser suprimida.

Como porém esta indicação dos bairros está desde há muitos anos arreigada no conhecimento do público, poder-se-ia aproveitar essa circunstância para methodizar uma numeração das vias públicas, que poderia ser do seguinte modo:

Ruas situadas na área do primeiro bairro administrativo: 1001 em diante.

Idem do 2.º bairro: 2001 em diante;

Idem do 3.º bairro: 3001 em diante;

Idem do 4.º bairro: 4001 em diante.

Visto que é inferior a 1000 o número de ruas de cada bairro, fica uma folga suficiente para novas ruas que neles venham a abrir-se.

Desta forma a simples indicação do número da via pública pelo algarismo dos seus milhares traz logo à lembrança o bairro administrativo em que ela está situada, e, concomitantemente, a região de Lisboa a que pertence.

Além desta vantagem, a numeração das vias públicas facilita as estatísticas, abrevia as referências, como é tendência que se está acentuando em todos os actos e assuntos da vida social, simplifica o serviço dos correios na apartação da correspondência, e bem assim dos telegrafos, que se traduz em economia e rapidez, por evitar endereços com topónimos formados por muitas palavras, algumas estrangeiras, e os transtornos que se originam muitas vezes por motivo de nomes parecidos ou idênticos se acharem em ruas, travessas e becos situados em pontos da cidade bastante distantes.

O sistema de identificação das vias públicas por meio da numeração, conjuntamente ou não com o seu nome oficial, é usado em várias cidades, tais como Londres e Nova Iorque, o que revela que nele se encontram vantagens.

Emitimos portanto o parecer que seria de grande vantagem para o público e serviços da cidade de Lisboa, a adopção das seguintes disposições:

1.º — Que nos letreiros murais das vias públicas de Lisboa se inscreva, por cima ou por baixo do nome actual ou oficial, o seu número de registo, formado por 4 algarismos, da maneira que acima expusemos;

2.º — Que nos letreiros se suprima, por desnecessária ou inconveniente a actual ou qualquer outra referência a bairros, pelo menos enquanto houver a dualidade da significação desta palavra.

3.º — Que se organize e publique uma relação oficial das vias públicas de Lisboa, com a sua respectiva numeração.

4.º — Que nos endereços da correspondência postal e telegráfica se possa usar indiferentemente o nome oficial ou tradicional, ou o número da via pública.

Lisboa, Agosto de 1945

## Os habitantes de Lisboa ignoram a existência dos seus Museus de Arte

*tese apresentada pelo Dr. JOÃO COUTO*

O facto de uns milhares de visitantes, muitos delles provincianos e estrangeiros, acorreram aos museus durante o ano, não invalida a justeza do acôrto que se emite no título desta tese — os habitantes de Lisboa ignoram a existência dos Museus de Arte cidadãos.

Lisboa possui algumas destas importantes instituições. São valiosíssimos os seus recheios. O Estado esforça-se para que a sua apresentação seja digna e o seu aproveitamento eficaz. Todavia o público — o grande público — passa e não os visita, desconhece o que contém, desinteressa-se pela lição que oferecem, são uma espécie de grandes enjeitados.

A nossa capital, no que diz respeito a museus, não fica atrás de outras. Possui um Museu Arqueológico e Etnográfico, um Museu de Arte Antiga, um Museu de Arte Contemporânea, um Museu de Viaturas Antigas e Indumentária Civil, um Museu de Armas, um Museu de Ourivesaria e Tecidos do Século XVIII, um Museu da Cidade, além de outros de menor importância, mas de não inferior poder evocativo e didático.

O interêsse que indígenas e forasteiros dedicam a casas desta natureza, constitue em cada país apreciável índice de cultura e manifestação de gosto. É precisamente naqueles onde o nível mental está mais desenvolvido ou a curiosidade mais desperta, que os museus acolham maior número de visitantes. Há povos que, permanentemente, sentem a atracção das belas obras criadas pelos homens e na presença das quais se deleitam ou se instruem. No Prado, no Louvre, nos grandes museus londrinos ou nos das cidades de outras nações de intensa cultura, os visitantes acotovellam-se nos dias da entrada franca e não faltam em número apreciável nos dias da entrada remunerada.

No Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa, embora felizmente se verifique nos últimos anos, devido sobretudo à iniciativa das exposições temporárias, certa melhora no número de visitantes, há dias da semana — quantos dias?! — em que as salas não são frequentadas por uma única pessoa, e quando raras ali aparecem não são, infelizmente, da cidade ou do lado de cá da fronteira.

Entretanto é lugar comum afirmar que os museus dão agradáveis lições de história — a lição vivida das grandes obras dos antepassados que constituem ensinamento e estímulo para os vindouros; dão lições de gosto; dão lições de arrumação e de ordem; dão lições práticas aos artistas e aos artifices; dão ainda ambiente calmo, acolhedor, desenfastiante para os homens fadigosos e enervados dos tempos presentes.

Para recolher, conservar e expor todo o rico património representado pela produção artística do passado e do presente, os governos esforçam-se por construir belos e espaçosos edifícios, com adequadas e dispendiosas instalações; por educar pessoal idóneo; por promover a publicação de obras explicativas — tudo realizado à custa de enorme dispendio de dinheiro, de inteligência e de energia. Cabe aqui fazer referência ao caso português e ainda ao que mais particularmente nos interessa, ao caso de Lisboa, cidade na qual acabam de se refundir, ampliando-os e modificando-os, o valiosíssimo Museu de Arte Antiga, em proporções mais modestas o de Arte Contemporânea e se pensa na instalação definitiva e sumptuosa deste último, bem como dos Museus de Arte Comparada e de Marinha, dotando-os de novas construções apropriadas. O Estado consumiu e virá a consumir com estas instituições algumas dezenas de milhões de escudos e continua sem desfalecimento a favorecer a sua melhoria e a sua manutenção.

Os museus actuais, obedecendo a novos planos de arranjo e de aproveitamento, diferem muito dos antigos, apenas salões de exposição de obras de arte. Procura-se que sejam hoje estabelecimentos educativos, dotados de salas onde as exposições se sucedam para quebrar o enfado de uma amostra sem renovação; de salas de conferências com aparelhos de projecção móvel e fixa; de laboratórios de investigação; de bibliotecas especializadas, numa palavra, de tudo quanto possa movimentá-los e dar-lhes finalidade actuante e consequentemente chamar para elles a atenção, o interesse e o carinho do público.

Manifestando compreensão dêste plano e boa vontade de o executar, embora com os defeitos que qualquer tentativa inovadora traz consigo, aqueles objectivos têm sido postos em prática nalguns museus de Lisboa.

Reconhece-se que não se faz tudo quanto seria necessário. Um serviço de palestras públicas, explicando de forma acessível o museu, contribuiria para aumentar a frequência e despertar a curiosidade. Uma propaganda discreta mas intensiva ajudaria a levar a estas instituições maior quantidade de visitantes. Estou certo que no futuro estas diligências e outras acabarão por ser uma realidade.

Não basta, porém, a boa vontade do Estado. É preciso que o

grande público coadjuve e estimule o esforço do pessoal e que acorra pressuroso aos Museus na convicção de que alguma coisa de novo e de útil ali vai aprender.

O público de Lisboa ainda não conhece este prazer, esta necessidade do espírito. Todavia o prejuízo é de ordem geral e infelizmente o mau exemplo vem de cima. Na verdade aqueles que por dever de officio tinham obrigação de se tornar seus maiores propagandistas, desconhecem a existência dos museus de arte.

Há alguns anos o Museu Nacional de Arte Antiga, baseado no plano utilizado em vários Museus do estrangeiro e em especial do Metropolitano de Nova York, que sustenta um admirável serviço educativo (Educational department), iniciou um trabalho de extensão escolar que tinha por objectivo fazer acompanhar e explicar o museu aos alunos das escolas, promover conferências prévias nestas instituições, dar noções aos professores que entendessem dever dispensar a colaboração do pessoal técnico do Museu, emprestar fotografias e diativos para projectar nos estabelecimentos escolares.

A iniciativa levada a cabo durante anos sucessivos deu os mais prometedores resultados. Acabou por falta de pessoal técnico que constituisse, à maneira do que sucede no Museu Metropolitano nova-yorquino, quadro privativo de explicadores do museu.

Se o desinteresse parte da escola, não admira que as classes cultas da nação mostrem quase absoluto desconhecimento deste importante ramo de cultura. E sendo assim, não nos deve admirar a ignorância daqueles que não foram ensinados ou aconselhados. Fica em campo um número restrito de interessados que mal justifica o dispêndio enorme que o Estado faz com tal trabalho.

Os «Amigos de Lisboa» ocupam uma posição da qual podem contribuir para intensificar a campanha da *visita ao museu*.

Não se pode dizer que o assunto lhes não tenha merecido atenção, pois em vários anos, têm promovido visitas dos seus associados aos museus da capital, tendo-me cabido a honra de, por mais de uma vez, os acompanhar no estabelecimento que dirijo.

Isto não basta. Pode afirmar-se que os museus de Lisboa não envergonham a cidade. Aos habitantes compete não os abandonar e fazer deles a mais larga propaganda, serviço que, sendo prestado, os dignifica.

Não é difícil estabelecer o programa segundo o qual um agrupamento como os «Amigos de Lisboa» pode contribuir para uma cruzada desta natureza. Assim sugeriríamos:

Que o Grupo continue a promover, intensificando-as, as visitas de seus associados e de estranhos aos museus.

Que promova nas suas salas e fora delas palestras àcerca dos museus.

Que deles fale nas suas publicações e sobretudo que as illustre com as obras de arte neles guardadas.

Que esta campanha seja feita não só entre pessoas ricas ou remediadas, mas também entre os habitantes dos bairros mais humildes.

## A propósito da área e distribuição dos jardins e parques de Lisboa

tese apresentada pelo Dr. MANUEL VICENTE MOREIRA

É conhecida a função recreativa, estética e até moral do jardim.

A influência benéfica dos macissos de verdura sobre os cursos de água e regime de chuvas, humidificação atmosférica; sombras (tam precisas em Lisboa durante o longo verão); a protecção contra os ventos agrestes (também frequentes entre nós); eis algumas consequências da sua implatação.

Até a natalidade e a mortalidade sofrem os efeitos do arvoredo. Belin, observou a diminuição da taxa de 40 % nos óbitos das famílias tuberculosas, durante 10 anos, por motivo de mudarem para residências rodeadas de jardins.

Por conseguinte, não surpreende que o seu estudo tenha despertado interesse. (1).

Como lisboeta e médico, proponho-me apenas pedir a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para a área e localização dos espaços arborizados da capital. Nesse intuito organizei a planta seguinte onde se evidencia a sua actual distribuição. A superfície da cidade atinge 8.700 hectares (2) e a área livre, destinada a arborização e jogos, é de 1033,98, quer dizer cêrca de um oitavo da área total. Constituem os espaços livres de Viena de Austria um quarto da sua superfície territorial. (3)

Todavia, em Lisboa há que considerar as avenidas e as ruas arbo-

(1) É sobretudo notável o tratado do alemão Hirschfeld, embora date de 1779.

(2) Segundo o Instituto Geodésico e Cadastral citado no censo da população de 1940.

(3) Benito Carrasco. *Parques. Buenos Aires, 1934*. O Bois de Boulogne tem 847 hectares e o Bois de Vincennes 934 (Levy).

rizadas, bem como o amplo estuário do Tejo. Portanto, não é tanto a quantidade de espaços livres o que sobretudo nos fere a atenção, mas a sua irregular e pouco equitativa disseminação.

Com efeito, nota-se predomínio, quer numérico, quer quanto à área total, nas zonas ocidental e norte, em contraste com os raros e pequenos espaços verdes da zona oriental. (4)

Já, em 1934, salientei a falta de pulmões da cidade nesta região e lastimo que um ilustre confrade tendo, pouco depois, abordado o mesmo tema não a referisse. (5)

Concretisemos numericamente a afirmação anterior.

A Oriente da Avenida Almirante Reis existem os seguintes espaços verdes:

Jardim do Alto do Pina .....	0,14 hectare
Jardim do Poço do Bispo .....	0,07 »
Jardim de Santa Clara .....	0,27 »
Parque Bairro da Madre de Deus .....	1,50 »
Jardim da Graça ... ..	0,14 »
Cêrca de metade da Alameda D. Afonso Henriques .....	1 »
	<hr/>
	3,12 »
Campo de Foot-Ball Marvilense .....	2,7 »
	<hr/>
	5,82 »

Do total de 1.033,98 hectares de espaços arborizados e campo de jogos existentes na cidade, somente 5,82 hectares pertencem à sua região leste.

A desproporção é flagrante.

Na cidade do Porto, há dois parques: um ocidental — no Palácio, outro oriental — a Nova Cintra — em Campanhã. No mapa que gentilmente mandou elaborar o engenheiro Nogueira Soares patenteia-se o acerto anterior. No tocante à região leste de Lisboa, sem mesmo a comparar ao Parque de Monsanto, ou à Tapada da Ajuda, respectivamente com 600 e 100 hectares, não será demais aspirar que freguesias tão populosas como são as do Monte Pedral, Penha de França e Beato e outras orientais, possuam ao menos uma área verde abrangendo os 10 hectares da Tapada das Necessidades, ou os 13 do Zoo.

(4) *Lisboa Oriental*, pág. 14

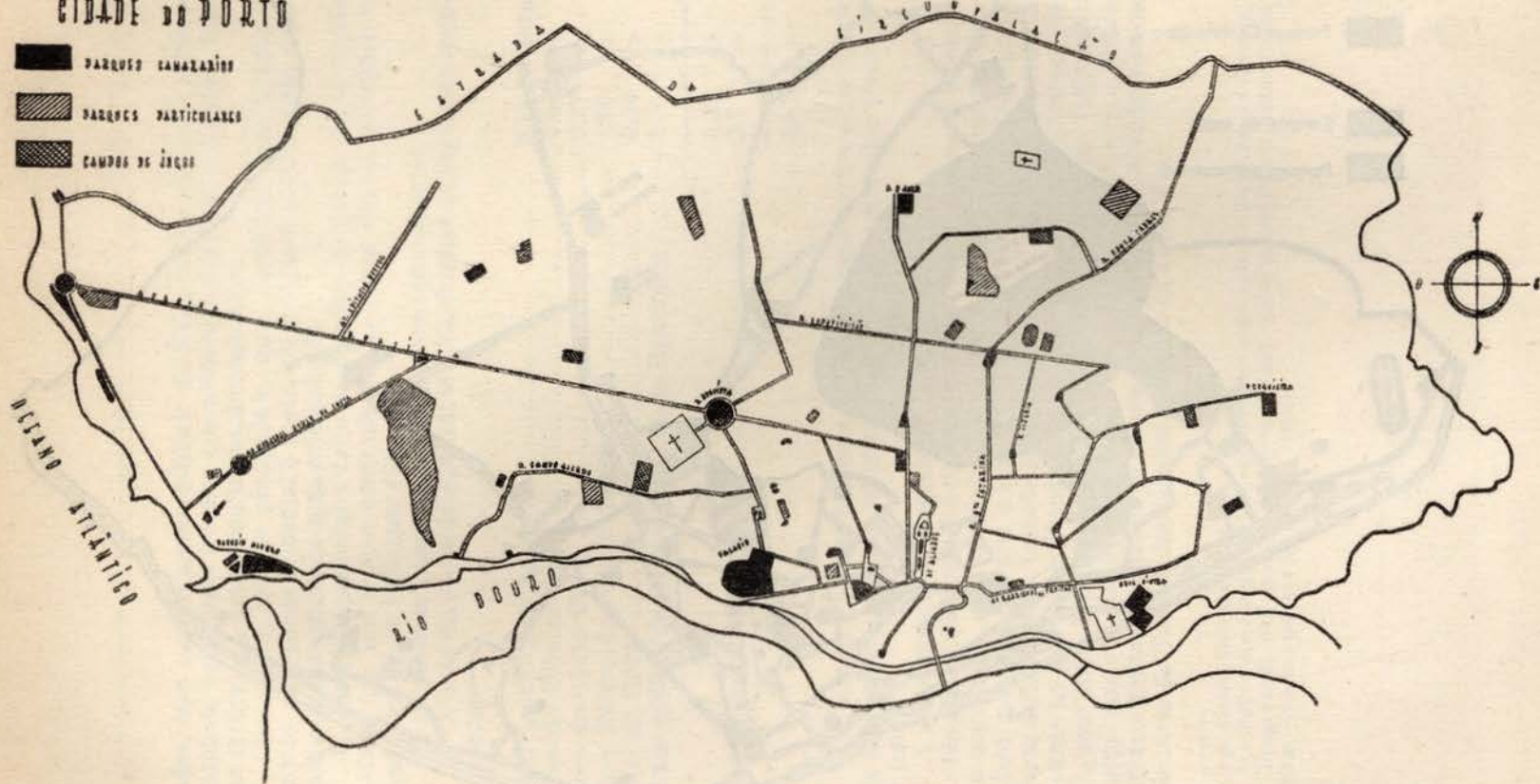
(5) Refiro-me à bela conferência dita em 1934. pelo Sr. Dr. Alberto Gomes. Esta observação não invalida o mérito desse trabalho em que o Autor focou — e bem — outros pontos do mesmo tema.





# CIDADE DO PORTO

- PARQUES CANALIZADOS
- PARQUES PARTICULARES
- CAMPOS DE JARDIM



Ano de 1945

As próprias ruas daquela região têm sido menos cuidadas que as do poente. Por exemplo: na Avenida Afonso III — com 20 metros de largura — e em todo o bairro situado na antiga quinta dos Apóstolos, não há a sombra de qualquer árvore nas bermas das suas ruas. Ao menos uma destas artérias — B — podia ser arborizada visto ter 15 metros de largura



A propósito: porque se olvidou a disposição, creio que de Pastor de Macedo, atinente à proibição das ruas terem menos de 13 metros de largura?

O regulamento camarário foi rasgado nas Picoas e em Entre-Campos em virtude da altura dos prédios recentemente edificados.

O erro só tem a atenuante da pequena extensão das artérias. A distância entre as trazeiras deve ser também proporcional à altura, como se fez e muito bem nos blocos em frente da Casa da Moeda e na Rua Coelho da Rocha, mas se esqueceu nas construções do Parque Eduardo VII. Daí, a falta de sol no espaço terreo entre os prédios.



A Central Praça do Chile possui passeios laterais suficientemente largos para colocação de árvores, mas apesar disso, ainda aí não se plantaram e, por consequência, os passageiros das carreiras dos autocarros esperam sob a canícula impiedosa que atinge às vezes 65 graus. (1) Porque se protela a arborização seja da Avenida Marginal Infante D. Henrique, seja das colinas do vale escuro?

Os inconvenientes daí resultantes são vários. Basta pensar nas pobres mulheres com o filho nos braços, à torreira do sol, palmilhando distâncias enormes em ruas íngremes depois da fadiga do trabalho quotidiano.

Sem dúvida que muito se tem feito a ocidente e norte da capital, nomeadamente certos encantadores miradouros, da iniciativa de Quirino da Fonseca, o parque florestal de Monsanto, obra realizada pelo malogrado eng. Duarte Pacheco cuja visão urbanística nunca é demais encarecer. (Os apaixonados que criticam a construção da ponte esquecem que foi esta que tornou acessível Monsanto).

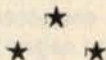
Outro-sim, os esforços desenvolvidos pelo actual presidente da Câmara e seus colaboradores em prol do arvoredo, é apreciável, entre

---

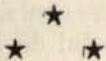
(1) Gomes de Amorim.

outros as várias pracetas, o arranjo do Campo Grande e ainda por ter evitado que o Parque Eduardo VII continuasse a reduzir-se. Pena é que não se plantem aí mais árvores de modo a atenuar o corredor das pneumonias, como Sousa Martins definia a Avenida da Liberdade. (1) Raul Lino, que tanto tem pugnado pela vegetação e embelesamento da urbe, dizia que as poucas velhas árvores existentes na proximidade do palácio acusavam a nossa incúria na restante área. Quando findasse a discussão entre partidários do Parque ou do prolongamento da Avenida, teríamos já sombras aproveitáveis em qualquer hipótese e, se houvesse demolições, serviria de lenha.

É certo o plano melhorar também a situação em alguns pontos do leste da capital, contudo, insuficientemente. Assim criou-se o parque do Bairro da Madre de Deus, porém, de dimensões limitadas. Doze hectares seria o mínimo admissível. Quanto aos pequenos jardins não deveriam distanciar-se uns dos outros mais de um quilómetro.



Além das lacunas mencionadas foram ainda previstos alguns trabalhos de urbanização que se me afigurem errados nalguns pontos. Refiro-me ao projecto generalizado de blocos tapando o maravilhoso panorama do Tejo ao nível do alto do Varejão, onde o estuário é mais vasto. Aí, precisamente, dever-se-ia localizar um pequeno jardim que falta nessa região e enquadraria belamente a paisagem. Só se justificariam nesse local algumas moradias em certos locais, a-fim de encobrir as traseiras dos prédios, aliás baixos que ali existem. Os edificios elevados estariam melhor na encosta do Vale Escuro, ou na parte inferior do Alto do Varejão que desse para a Avenida Afonso III. Esquece-se frequentemente que Lisboa, sendo acidentada, não pode ter apenas blocos e que a solução habitacional deve ser mista. Mas... voltemos aos parques.



A circunstância da zona ocidental ser turística enquanto a oriental se destina à indústria, não justifica a disparidade existente quanto ao local dos espaços floridos.

---

(1) Não foi só em Lisboa verificada a redução dos parques. Em Paris também se reduziram de 1789 a 1910 — Levy, pág. 12.

Bem opostamente, as regiões fabris é que necessitam de maiores faixas de verdura, quer afim de serem purificadas dos fumos e gases deletérios, quer pela necessidade de silêncio, paz e repouso que compense os operários do ruído fatigante das oficinas.

Introduzir, portanto, a natureza na cidade por meio de numerosos parques equitativamente distribuídos, eis a aspiração legítima de um «Amigo de Lisboa».

Em *resumo* proponho que:

1.º os planos de urbanização da zona oriental de Lisboa sejam modificados de modo a criar aí um grande parque e numerosos pequenos jardins;

2.º esse parque tenha a extensão mínima de 12 hectares;

3.º os pequenos jardins sejam colocados à distância máxima de um quilómetro uns dos outros;

4.º se evitem edificações de muitos andares, onde se admire o panorama do estuário do Tejo, nomeadamente na zona plana do Alto do Varejão;

5.º se plantem árvores nas Avenidas Infante D. Henrique, D. Afonso III, Praça do Chile e no Vale Escuro;

6.º as ruas a construir tenham 15 metros de largura mínima, de modo que nos passeios se possam plantar árvores;

7.º nas ruas estreitas respeitar o regulamento camarário quanto à altura dos edifícios;

8.º a distância entre as trazeiras dos prédios seja inversamente proporcional à altura de modo que haja sol em todos os andares e espaço destinado a jardins.

NOTA — Publicaremos alguns documentos, a que se faz aqui menção, no final da separata da 2.ª comunicação cujo tema se refere aos jardins infantis, operários e dos cemitérios.

---

No próximo número continuar-se-á a publicar as teses aprovadas.

# A Capela dos Terceiros de Jesus

por FERREIRA DE ANDRADE

A Capela dos Terceiros, que se ergue à ilharga da paroquial das Mercês, é hoje desconhecida da maioria dos lisboetas. Curiosíssima no seu aspecto interior, plena de interêsse pela graciosidade dos seus altares, a riqueza dos seus estuques, o conjunto harmonioso das suas telas, êste pequeníssimo templo tem, contudo, a sua história — história que anda intimamente ligada à acção benemerente, caritativa, da Irmandade dos Terceiros Seculares, erecta que foi em 1640 no Convento de Jesus, segundo se lê no códice intitulado *História de Lisboa* da Biblioteca Nacional: (1) *a obra desta grande e fermosa capella foy fabricada à custa da Irmandade dos Terceyros que tendo começado neste convento no ano de 1640 se multiplicou tanto em número de Irmãos de hum e outro sexo que se contam já pouco menos de seys mil.*

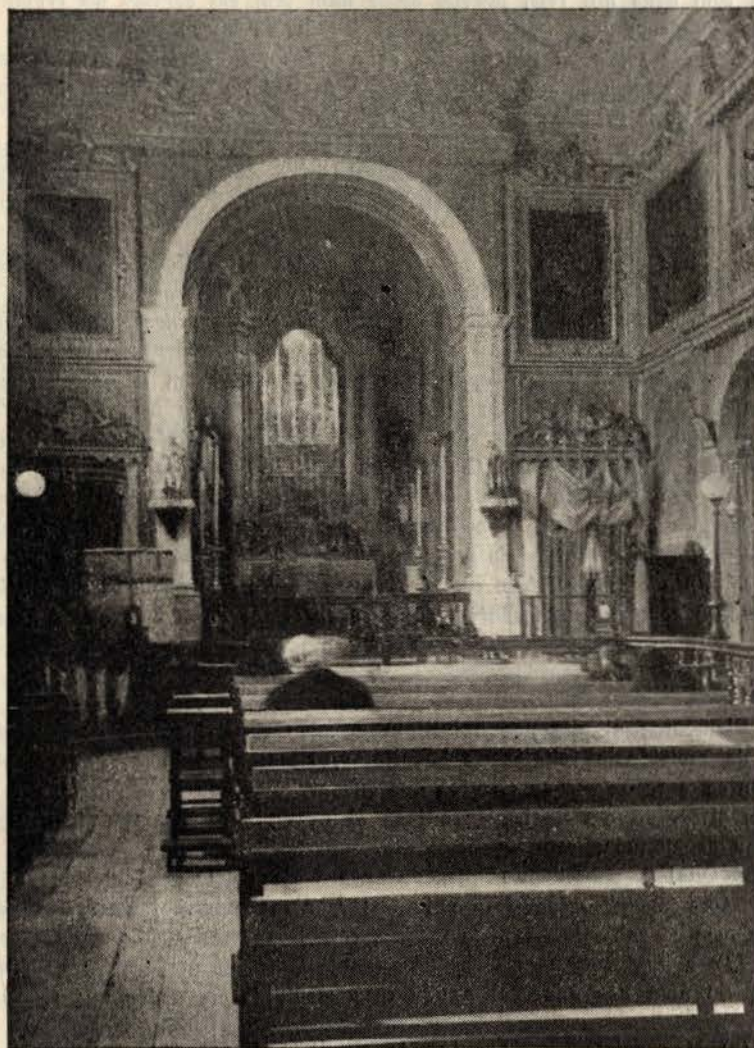
Carvalho da Costa (2) referindo-se também à mesma Ordem diz-nos: *Ha finalmente na dita Igreja huma Ordem de Terceyros seculares fervorosissimos em o serviço de Deos, & de grande caridade para com todos os pobres, aos quaes fizerão hum sumptuoso Hospital em que gastão cada anno muytos mil cruzados para remediar a pobreza & acudir a suas vexações: Contão-se nesta Veneravel Ordem entre Irmãos & Irmãs, mais de cinco mil pessoas:*

Pela leitura do documento arquivado na Biblioteca Nacional sabe-se, também, que da referida Irmandade faziam parte tanto homens como mulheres.

---

(1) Códice n.º 145 do F. G.

(2) *Corografia* etc., Tomo 111, pág. 496.



*Nave da Capela dos Terceiros*

Os homens — diz-nos o anónimo cronista — quando entram na Irmandade nam sam obrigados a dar mais de quatro centos e oitenta reis: mas as mulheres entram com dous mil reis, porque estas nam tem em serviço da Irmandade o prestimo que com suas pessoas teem os Homens, os quaes nam contentes de a grande despesa feyta na sua capella, ornato della, sanchristia, casa de despacho e na fabrica pertencente á procissam que faziam na sexta feira da quaresma, emprenderam com grande generosidade fazer hum Hospital, etc.

Grande obra foi, sem sombra de dúvida, a da construção do hospital. A fôrça de vontade, a persistência e, sobretudo, o desejo de bem servir a Deus levaram os irmãos veneráveis da Ordem dos Terceiros Seculares a concluir tão grande empreendimento.

Ouçamos mais uma vez o autor do códice referido, único documento em que se fala desta obra dos irmãos terceiros (3): *Empreenderam com grande generosidade fazer hum hospital pera nelle se curarem doze irmãos Terceyros pobres e outra enfermaria pera doze Irmãos também pobres: e de tal maneira dispozeram a fabrica deste hospital que todos os que ovem (o veem) tem muito que bouvar assim na boa fabrica das enfermarias todas bem pintadas e muy vistosas, como na boa ordem com que os enfermos e enfermas são assistidas dos Irmãos e Irmãs da mesma Ordem nam lhe faltando nada do que lhe he necessário pera seo alimento e limpeza de roupa. E porque — continua — não somente tenham o necessário, e conveniente pera o corpo os enfermos e enfermas tem a consolaçam espirital de poderem ouvir todos os dias missa, e a este regalo dalma se junta o que recebem com a frequencia dos Sacramentos da confissam e communham com que nam sentem falta os enfermos de tudo o que é necessário.*



Elementos alguns nos habilitam a escrever a história dêste estabelecimento de assistência religiosa e hospitalar. Escasseiam quase por completo os documentos e raras são as citações que encontramos nas crónicas sobre a Ordem dos Terceiros, ou em quaisquer outras obras onde a exemplar instituição deveria ser mencionada.

— Qual o encremento que, durante mais de três séculos, teve o hospital? — Que modificações foram impostas, através dos tempos, ao edificio?

Pouco se sabe. Ignoram-se mesmo, completamente, as datas da erecção da capela (4) e das suas reconstruções — anteriores ou posteriores ao terremoto grande. Só uma nos aparece: a que está esculpida na pedra que se vê à an-

(3) Não existem no arquivo do Hospital dos Terceiros quaisquer documentos referentes à história dêste estabelecimento de assistência.

(4) Gonzaga Pereira afirma nos *Monumentos Sacros*, etc., pág. 34, que a Igreja de S. Francisco dos Terceiros junto á igreja primaria da sua Ordem foi fundada no século 18.º. A afirmação, contudo, não nos merece crédito algum.



trada, sobre a porta que abre para a sala do antigo cartório, onde está também a imagem de S. Francisco amparada pelos anjos. Mas esta data — 1696 — a que obras se refere?

— Quais as consequências sofridas pelo templo no sismo de 1755?

Júlio de Castilho afirma, (5) baseado na *Narração do formidável terramoto* (6) que o templo cadhiu pelo terramoto: parte no dia 1.º de Novembro, e outra parte passados dias, morrendo dois Religiosos e muitos seculares.

O Padre Manuel Portal (7), muito lacònicamente, observa que o *Hospital dos pobres terceyros padeceo alguma ruina, acrescentando: esta foy reparavel logo, que ha já mezes que ha habitado*; mas sobre os estragos havidos na igreja referênciã alguma nos transmitiu. Por sua vez, o padre Baptista de Castro (8) informa: *A grandiosa Capella dos Terceiros, cujo tecto era de abobeda, cahio ao primeiro tremor, mas o tempo que todos os que estavam dentro havião fugido para o pateo do Hospital, de sorte que não perigou ninguem; despedaçando a abobeda o que continha a capella e ficando tambem destruída a casa do Despacho: poram tudo se acha restaurado excellentemente pelo dispendio dos Irmãos Terceiros:*

Não há discrepância alguma entre a notícia inserta no *Mapa de Portugal* e o conhecimento que temos das modificações e arranjos operados no templo logo após o terremoto, pelo que se pode afirmar estar absolutamente certa a informação do Padre Baptista de Castro.



A Capella dos Terceiros teve sempre (até a algumas dezenas de anos) comunicação interior com a igreja de Nossa Senhora de Jesus. Lê-se em um dos códices (9) por nós já citados que essa ligação se fazia por *hũa porta que dá entrada do cruzeiro* (da igreja de Jesus), *pera a Capella a qual porta tem lugar no meio da largura da capella*. A porta está actualmente entaipada.



Após o terremoto trataram, como se deixou dito, os irmãos terceiros seculares de reparar rapidamente os estragos causados pela catástrofe. Impossível é, repetimos, mencionar a data exacta em que essas obras tiveram início. Sòmente podemos informar que os trabalhos de estuque do tecto — *que era de abobeda ornada de hum brutesco de ramos* (10) — e das paredes — *revestidas*

(5) *Bairro Alto*, Vol. III, pág. 305.

(6) *Mss.*, fl. 31.

(7) *História da Ruina*, etc., fl. 113.

(8) *Mapa de Portugal*, Tomo III, pág. 390.

(9) Codice n.º 145 do F. G. da B. N. L.

(10) *Idem*.

até então de hum bom azulejo, que iguaia á altura dos arcos (11) — foram executados pelo grande artista João Grossi (12) e constituem uma obra primorosa de composição e promenor.

No teto veem-se, simbolizando os Papas, Reis e Cardeais que pertenceram à Ordem dos Franciscanos, as armas pontificias, a corôa real e a mitra; ao centro estão também as armas da Ordem, e em redor alguns símbolos litúrgicos que representam a sagrada escritura, a eucaristia, etc. Nas paredes, revestidas com um pequeno roda-pé de azulejo de ornato (na parede sul abrem-se três janelas que iluminam toda a nave, sendo as que lhe ficam fronteiras fingidas, tal como antes do terremoto) (13) os baixos relêvos do estuque significam as virtudes teologais.

Nos espaços que medeiam entre as janelas, e nas paredes que ladeiam o altar-mor estão collocados quadros a óleo que representam os passos da vida de S. Francisco. São oito. Até ao terremoto de 1755 existiam, não três quadros de cada lado, mas sim quatro — isto é, segundo testemunha ocular, *hum andar de payneis que sam quatro de cada parte com suas molduras de talha douradas* (14). — Quais os motivos pictóricos dêstes quadros que ficaram, decerto, mutilados com o desabamento do teto no dia 1.º de Novembro de 1755?

As pinturas actuais são attribuídas — embora sem fundamento convincente — a Joaquim Manuel da Rocha, (15). Porém, a única referência que encontramos a estas telas dá-nos a certeza que não foi só um o seu autor. *Os quadros — diz-nos um documento por nós consultado — (16) de que está ornada (a capella) e q̄ são dos melhores mestres, são de hũ grande prego.*



Seis altares, três de cada lado, existem desde a primitiva neste templo. Até ao terremoto estavam *metidos dentro de seos arcos de pedraria com seos retabolozinhos dourados, e no meyo hum paynel e nos retabolos tem suas peanhas douradas e sobre as peanhas se vem Imagẽs que representam os passos da payram.* Actualmente os altares são bastantes simples, possuindo sòmente imagens modernas sem valor artistico algum — excluindo a de S.º António que é perfeitissima e de estofa. Este facto leva-nos a crer que já depois do terremoto o templo soffreu obras de beneficiação, pois em dois documentos por nós compulsados lemos esta curiosissima observação: *quem entra nella (na capella) fica ofuscado com o resplendor do ouro q̄ nella brilha por todos os lados.* — Onde está hoje, essa exuberância de dourados?

(11) Idem.

(12) *Memorias*, Cirilo Volkmar Machado, pág. 216.

(13) Codice n.º 145, etc.

(14) Idem.

(15) Gonzaga Pereira, *Monumentos Sacros*, etc. pág. 346.

(16) Manuscritos Vermelhos, cota n.º 222, da B. da A. das C. de I.

(17) Idem.

Frete à actual porta de entrada — para onde se comunica passando por um pequeno corredor cujas paredes são revestidas com azulejo tratados a tinta azul — está actualmente colocado um altar no qual assenta um crucifixo de grandes dimensões que para este templo veio em 1910 (18). Por esta imagem têm os fieis grande veneração; atestam-no os imensos ex-votos que junto dela estão colocados.

No altar mor, cuja traça architectónica não sofreu com as modificações posteriores ao terremoto (19), e que Gonzaga Pereira (20) nos diz *ser digna de consideração pela seo artefacto e decencia*, estão colocadas, em peanhas as imagens de S. Francisco (lado do Evangelho) e de S. Domingos (lado da Epístola). Sobre o altar vê-se uma tela (pintura de valor) representando Nossa Senhora da Conceição e nas paredes laterais quatro quadros ovais que figuram S. Domingos e Santa Isabel da Hungria (lado da Epístola) e Santo António e Santa Margarida Corretona (lado do Evangelho).



Se poucos são os documentos conhecidos para a elaboração da história desta Capela dos Terceiros, os que se reportam ao hospital escasseiam quase por completo.

Impossível é, assim, traçarmos quaisquer notas monográficas ácerca desta congregação secular — cujo Superior foi sempre *uma pessoa das mais distintas da cidade*. Informamos, contudo, o leitor de que muito embora as ordens religiosas tivessem sido extintas em 1834, o hospital, dado que era administrado por irmãos franciscanos seculares, escapou à fúria demagógica do dealbar convulso do liberalismo.

Quase um século depois — é tudo quanto se sabe — a utilissima e benemérita instituição estava em absoluta decadência.

---

(18) Quando da proclamação da República foi a imagem trazida sacrilegamente por alguns insensatos do Convento das Francesinhas de S. Bento. Vendida depois a um ferro-velho, logo alguém a adquiriu e piedosamente a ofereceu para a Capela.

(19) O códice já referido, referente ao ano de 1707 descreve deste modo a capela mor: *Hum arco que forma hua capela proporcionada á casa e o ditto arco tem de fundo tres para quatro palmos com seo retabolo dourado com hua coluna por banda com seo paynel dentro do retabolo no meyo do qual se vê a imagem do senhor crucificado ao qual acompanham ao pé da cruz as Imagens do Serafia, Patriarca e sua filha primogenita Santa Clara. Aos lados da capella ou altar tem decada parte lugar hua porta as quaes dam serventia da capella pera a sua sanchristia que he sufficiente ao que pede a capella.*

(20) *Monumentos Sacros*, etc., pág. 346.

(21) Manuscritos vermelhos, cota 222, da B. da A. das C. de L.

Em 1927, por um impulso considerável da sua administração, o hospital ressurge. O edificio, considerado bastante reduzido para as instalações convenientes de todos os seus serviços, foi ampliado, tendo sido nesse mesmo ano aumentado de um andar.

Em 8 de Dezembro de 1930, acabadas tôdas as obras de bemfeitorias e de ampliação, o novo hospital foi inaugurado, e, desde então, a sua assistência tem-se feito sentir cada vez mais activa. Alberga actualmente setenta doentes entre os quais se contam bastantes pobres cujas despesas de manutenção são custeadas pela mesa da Ordem Terceira Secular sujeita espiritualmente à Ordem Terceira Regular (Luz). Desde 1930 a mesa já recebeu de esmolas a quantia de mil e duzentos contos (22). Foi seu ministro até há poucos anos o Dr. Domingos Pinto Coelho, como já o havia sido seu pai. Actualmente desempenha esse cargo o Dr. Zeferino Pinto Coelho.



Nota curiosa: foi ministro desta Ordem o Marquês de Pombal, facto que, na altura do seu julgamento após o advento do reinado de D. Maria I, lhe serviu para defesa da acusação de impio que os juizes lhe imputaram.

---

(22) Informação que gentilmente nos foi prestada pelo actual Padre Superior.

# História de uma casa Pombalina

Por JOSÉ DE CAMPOS E SOUSA

## CAPÍTULO I

### ANTES DO TERREMOTO

EM QUE SE PRECISA A HISTÓRIA INDIVIDUAL DE CERTAS  
SERVENTIAS E CASAS, PELA ADAPTAÇÃO E ORDENAÇÃO  
SISTEMÁTICA DA MATÉRIA JÁ TRATADA COM SOBEJA  
COMPETÊNCIA E BRILHO NÃO VULGAR POR MESTRE GUS-  
TAVO DE MATOS SEQUEIRA — OLISIPÓGRAFO ILUSTRE —  
NO LIVRO «O CARMO E A TRINDADE».

### PARÁGRAFO I

*Do primeiro Afonso aos judeus Navarros, de Beja.*

Ao Ocidente do vale da *Baixa*, e não para lá de Santo Estevão, desde o extremo Oriental que descaía para o *Rego*, até o caminho natural que vinha da margem, e, seguindo as linhas de cumeada, ia até os altos de *Compolit*, o território da *Pedreira*, ou *Petrária* (cômodo que caía quase a prumo como os outeiros da nossa *Outra-Banda*, parte formado por areias mortas aglomeradas, e parte por pedraria bruta), pertencera ao Cabido de Lisboa, dote avolumado de campos e herdades arraballdinos com que o primeiro Afonso enriquecera a Ermida dos Santos Mártires, ao doá-la, ao primeiro Bispo D. Gilberto, que foi, também, o seu primeiro Prior.

Nessa época, e com tal nome, só havia esse sítio em Lisboa.

Com o andar dos tempos, fraccionou-se o vasto domínio do Cabido; ao findar o Século XIII, vemos já como proprietários na *Pedreira* e no *Monte Fragoso* os Franciscanos e os Trinos, os antepas-

sados dos Condes de Ourém, as Donas de São Tiago, o Cabido e o Padroado Real, a menos que os bens dos Senhores Reis e e Rainhas não proviessem totalmente de aquisições feitas ao Cabido, e de escambo com esse considerável proprietário da Vila e Termo.

Pouco depois, logo no princípio do Século XIV, outro proprietário aparece — é a Confraria dos Clérigos Ricos. A seguir, surgirá, como veremos, outro grande senhorio — o Concelho de Lisboa.

Antes de isso, porém, vai aparecer na *Pedreira* outro notável edificio, no último decénio do Século XIII, aparecimento um pouco de mágica pela surpresa e pela novidade. É o Rei Troveiro, o marido da Santa Rainha Isabel de Aragão quem o vai edificar neste cômodo arrabaldino, ali um pouco ao Norte do *Santo Espírito*, para lá do caminho público da *Orta Navia*, sobre o fraguado que se debruçava para o *Pôço do Chão*. Criado por *Carta Régia* de El-Rei D. Diniz, a 1 de Março de 1290, eis que surge o *Estudo Geral de Lisboa, Estudo Geral*, ou *Universidade dos Mestres e Escholares de Lisboa*, a mais antiga do País.

Em 1299, o Rei possuía, no sítio da *Pedreira*, além de umas casas que tinham sido de Pedro Fernandes, outras, que, durante o Século XIV vieram a ser aforadas pelos Monarcas.

É certo — sem hipóteses — que em 1302 o *Estudo Geral* já não estava na *Pedreira*; a 30 de Agosto desse ano o edificio construído pelo Rei para sede do primeiro solar da sabedoria portuguesa, já pelo menos há três meses desocupado, é doado por ele, com o campo atinente, a uma poderosa família judaica da época — os Navarros, de Beja.

D. Diniz, na *Carta Régia* registada a fls. 25 do Livro 2.º da sua *Chancelaria*, outora e afora a *vós Judas Navarro e a vossa molher Rainha* (ou *Reíña*), e a *vós Joseph Navarro e a vossa molher Mira*, e a *vós Jossem Navarro e a vossa molher Solouro*, e a *vós Salomon Navarro e a vossa molher Amada*, e a *vós Abraham e a vossa molher Aviziboa*, e a *vós Isac filho do dito Judas e da vossa molher Aviziboa*, e a *vós Isac filho do dito Joseph*, e a *vós Joseph e a vós Isac filhos de Belecide*, as minhas casas novas da pedreyra as quaes foram escolas cõ seo câpo e cõ todos seus dereitos que eu ey en essas casas e câpo de dereito devo de aver dõu e outorga as ditas casas e câpo a vós sobreditos (repete os nomes) e a todos os vossos successores para todo o sempre.

Este «*todo o sempre*» só duraria quinze anos, como ao depois se verá.

Judas Navarro (o primeiro nomeado), Arrabi-Mór do Reino, e

a principal figura portuguesa dos da sua raça, era senhor de abundantes bens de raiz, e poderoso influente político e financeiro do seu tempo.

## PARÁGRAFO II

*Dos Judeus Navarros, de Beja, à Almiranta D. Joana Pereira, irmã do Santo Condestável.*

Uma série de seis documentos, registados na *Chancelaria do Rei Lavrador*, de fls. 108 a 109 v., põe-nos ao facto de um novo destino desta casa, compendiando, com o contrato, várias mercês feitas a um estrangeiro ilustre.

Com a morte de Nuno Fernandes Cogominho vagou o lugar de Almirante do Reino, e foi escolhido para ele o ilustre Manuel Peçanho (Pezagno), natural de Génova.

Por *Carta* de 1 de Fevereiro de 1317, D. Diniz doou ao genovês o «*logar da Pedreyra per onde foi devisado para os Judeus*», com casas e com terras, regalias, direitos e pertenças, bens estes que ele, ou os seus sucessores, só poderiam vender com a condição de se instituir morgado com o preço da venda.

Conforme foi dito, e agora se prova, só durou quinze anos o «*todo o sempre*» da *Carta Régia* em favor dos Navarros.

Celebrou-se o contrato final aos 8 de Maio de 1322 (*História Genealógica — Provas*, Vol. I, págs. 95 a 99).

O desconhecimento da posse da casa onde estivera o *Estudo*, pelos Navarros, levou naturalmente, a investigação a pressupor a existência na *Pedreira* de uma *Judiaria* que, após esta doação ao novo Almirante do Reino Manuel Pessanho (ou Peçanho), teria sido deslocada de aí, apesar de toda a documentação respeitante aos contos judengos, contida nas *Chancelarias de D. Afonso III e de D. Diniz*, desde 1267 a 1324, se referir, apenas, a casas e tendas à cerca da paróquia de São Nicolau, onde foi a, depois chamada, *Judiaria Grande*.

O que é fora de dúvida é que o térreo e casas devisadas para o Almirante eram os mesmos que em 1302 se tinham outorgado à vasta família Navarro, e onde em 1291 os primeiros escolares do *Estudo Geral* dionisiano ouviram as sábias preleções de D. Frei Estevão Soeiro e de outros magisteres do tempo.

Brandão, na *Monarchia Lusitana*, alterando a rubrica titular de um documento da *Chancelaria de D. Diniz*, ajudou, mais uma vez, a estabelecer nova confusão.

A fls. 127, do Livro 3.º, acha-se registada uma *Carta de Doação*

do Ano de 1319, titulada por uma rubrica — a vermelho — que diz: *Doação das casas e térreo em que moravã os Judeus na pedreyra do almirante*. Esta rúbrica, que é da época, encontra-se riscada e substituída por outra, a negro, feita posteriormente, que diz: «*Doação do castelo e vila de Odemira ao almirante*», a qual corresponde perfeitamente ao texto. A primeira fora posta por lapso do escriba. Brandão, citando-a, talvez de memória, modificou o seu sentido, escrevendo: «*casas e térreo na Pedrera onde moravam os Judeus em Lisboa*» — redacção esta que, naturalmente, conduziria à suposição legítima da existência de uma *Judiaria* neste local.

Em 24 de Janeiro de 1396, D. João I afora «*umas casas que foram almazem que estão em Lisboa, no bairro do Almirante e partem com o forno do dito senhor*» (o Rei), a Pero Esteves e a sua mulher Maria Anes.

Pero Esteves, «*padre de D. Inês, comendadeira de Santos*, era o sogro irregular do monarca e avô do 1.º Duque de Bragança. Mais tarde, Pero Esteves — o lendário Barbadão — aforou também o forno e adquiriu, ainda, outras casas místicas *que partiam com a rua pública da pedreira e com rua que vai para o bairro do almirante*» (*Chancelaria de D. João I*, L.º 2.º, fls. 106 v., e *Cartório de Santos-o-Novo*, Masso 3, doc.º 6, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

Do primeiro casamento de Manuel Peçanho com uma D. Genebra de que não consta o apelido, nasceram dois filhos — Carlos Peçanho, que morreu em vida do Pai; e Bartolomeu Peçanho, que foi o 2.º Almirante, na família. Como este, de sua mulher Leonor de Azevedo, não tivesse havido geração, passou o Almirantado, por mercê de D. Pedro I, para seu irmão Lançarote, nascido do segundo casamento do Pai com Leonor Afonso, filha de Lançarote da França.

A Lançarote, o 3.º Almirante — na família — foi confirmada a mercê do Almirantado, por D. Fernando, que, mais tarde, suspeitando-o de simpatizar com os castelhanos, lhe tirou o cargo, e toda a fazenda.

Por *Carta* de 1380, o Rei Formoso manda guardar os privilégios de Almirante, como os tinham os Peçanhos, ao Conde de Barcelos. D. João Afonso Telo, irmão da Rainha D. Leonor e cunhado do Rei, senhor, também dos Paços da Pedreira, pouco tempo gozou o cargo e a casa altaneira.

No Ano de 1384, quando do segundo cerco de Lisboa, no Reinado de D. João I, o Conde de Barcelos combate ao lado dos castelhanos. D. João I tirou-lhe os Paços e o Almirantado, e, nesse mesmo Ano, era já Senhor deles, seu irmão, o Conde de Neiva e Faria, D. Gonçalo Teles de Meneses; em vista dum pedido feito por D. Gonçalo, o



Mestre de Aviz manda coutar-lhe o Bairro, e «*que lh'o não devassem e lh'o guardem como sempre foi*» (*Chancelaria de D. João I, L.º 1.º, fls. 48 v.*).

Também não durou muito tempo este Senhorio na posse do Conde de Neiva e Faria. A *Carta* de João I, de 6 de Junho de 1388, torna a entregar à família Peçanho, a sua antiga casa, na pessoa de Micer Carlo Manuel Pessanho, a quem já chama «*nosso almyrante*», filho de Lançarote, e irmão mais novo de outro Manuel Peçanho que morrera moço, não se sabe se tendo ou não ocupado o Almirantado. Micer Carlo era casado com D. Joana Perd'ira, irmã do Santo Condestável, e não parece desacertado atribuir a esta influência familiar o regresso do cargo e dos bens aos Peçanhos genoveses. O Mestre de Aviz confirmou ao cunhado do seu irmão de armas as mercês feitas pelos seus antecessores, ao Pai e Avô do amerceado (*Chancelaria de D. João I, L.º 2.º, fls. 23 v.º*).

Tal mercê foi de novo confirmada, mais tarde, por D. Duarte e D. Afonso V, respectivamente por *Cartas* de 12 de Novembro de 1431 e 6 de Fevereiro de 1439 (*Chancelaria de D. Afonso V, L.º 18, fls. 81*).

D. Afonso I, por *Carta* de 10 de Novembro de 1392, atendendo aos males e danos que vinham da existência dos Bairros Coutados e no cumprimento da ideia já esboçada por D. Fernando, extinguiu-os. Entre eles, foi extinto o «*couto da Pedreira... asy o do almirante como da albergaria de Lopo Soares e doutros*» (*Elementos para a História do Município de Lisboa, por E. Freire de Oliveira*).

Esses Bairros privilegiados da aristocracia religiosa e secular, com as suas isenções do serviço real, de contribuições gerais e locais, e de penas pecuniárias, lugares quase totalmente vedados às justiças, acabaram assim, de uma maneira geral, o que não quer dizer que em certos Templos e Capelas se não mantivesse, ainda, singularmente, pelo tempo fora, como, por exemplo, numa das Capelas da Trindade, o direito de asilo.

A escritura celebrada a 28 de Agosto de 1399 entre o Condestável, sua irmã e seu cunhado Carlos Manuel, refere-se ao *ferregeal*, dos Almirantes; este *ferregeal*, veio a ser, nos princípios do Século XVI, o *Monturo do Marquês de Vila Real*. Com o andar do tempo, não poucas vezes aparece a nomear confrontações no *Bairro do Marquês*.

Durante o Século XIV, e até 1410, a *Pedreira*, o *campo* ou *lugar* que chamavam a *Pedreira* (como se diz em vários documentos da época), entrou a povoar-se. Os reis doavam e emprazavam casas e chãos do seu herdamento. As Doações de São Tiago, também senhorias directas, e a Confraria dos Clérigos Ricos, faziam o mesmo.

O desenvolvimento urbano do arrabalde da *Pedreira* é evidente. Os senhorios directos dos chãos dêste território iam promovendo a sua urbanização.

### PARÁGRAFO III

*Da Almiranta D. Joana Pereira a D. Miguel de Menezes, 8.º Marquês de Vila Real.*

Por morte da Almiranta, irmã do Condestável, passa o cargo para sua filha D. Brites Pereira, e desta, para o seu marido Rui de Melo, e, a seguir, para seu filho Lançarote Pessanha, como consta da *Doação* registada no *Livro dos Extras* de D. Afonso V, a fls. 105 v., e datado de 6 de Novembro de 1448. Como o Rei lhe confirmou, no Ano seguinte, os privilégios de homízio nos Paços (18 de Março de 1449), parece que estes também lhe pertenciam.

Morto Lançarote sem descendência, degladiou-se a posse das casas nobres da *Pedreira a-par do Carmo*, bem como do cargo de Almirante.

Este, por resolução Régia, passou para Lopo Vaz de Castelobranco, marido de Catarina Roiz de Abreu (ou Pessanha), filha de Antão Pessanha, e sobrinha do Almirante Carlos Manuel Pessanha; Os Paços, apesar da pretensão de D. Brites Pereira, viúva do Almirante Rui de Melo, e mãe de Lançarote Pessanha, passaram, por *Carta* de D. João I, dada em Tânger, para D. Pedro de Meneses, 2.º Conde de Viana, e Capitão-General de Ceuta, marido de D. Genebra Pereira, irmã de D. Brites.

D. Afonso V, por outra *Carta*, datada de Çamora, de 20 de Outubro de 1475, doou e aforou, enfiteuta para sempre, a outro D. Pedro de Meneses, 3.º Conde de Viana, neto do primeiro, *meu sobrinho*, os Paços, casas, cavaliariças, quintais, foros e mais pertenças do bairro «*que o Almirante destes reinos tinha em esta cidade junto com o mosteiro do Carmo*», para ele e todos os seus herdeiros e sucessores que o seu morgado houvessem de herdar, com o fôro de «*hũa homça de prata marquadoyra da marca da cidade de lixboa*», e com todos os habituais privilégios e liberdades (*Chancelaria de D. Afonso V*, L.º 3.º, fls. 17 e L.º 7.º, fls. 10 e *Chancelaria de D. João I*, L.º 4.º, fls. 13).

D. Brites Pereira perdêra a partida. É que o Rei era maior devedor dos Capitães-Generais de Ceuta, do que da memória do Almirante Rui de Melo.

D. Pedro de Meneses, 3.º Conde de Viana, 2.º Conde de Vila Real e 1.º Marquês deste Título (por mercê de D. João II, feita em 1489), Conde de Gijon, Noronha e Ourém, era filho de D. Fernando de Noro-

nha, Capitão-General de Ceuta, e 1.º Conde de Vila Real, e de sua mulher D. Beatriz de Menezes (primogénita de D. Pedro de Menezes, 2.º Conde de Viana, e de sua mulher D. Genebra Pereira-a-Almiranta)

A Casa de Vila Real era agora senhoria directa da parte do velha *Petrária* duocentista que fôra dos Pessanhas e, anteriormente, dos judeus Navarros.

Estava esta porção do território do *Carmo* na mão do filho do 1.º Marquês: D. Fernando de Menezes, 2.º Marquês de Vila Real, e 1.º Conde de Alcoutim (por mercê de D. João II), casado com D. Maria Freire de Andrade. Haveria de falecer em 1523, sucedendo-lhe seu filho D. Pedro de Menezes, 3.º Marquês de Vila Real, casado com D. Brites de Lara; a este, sucederia seu filho D. Miguel de Menezes, 4.º Marquês de Vila Real, casado com D. Felipa de Lancastre; e a este, seu irmão D. Manuel de Menezes, 5.º Marquês e 1.º Duque de Vila Real, casado com D. Maria da Silva; destes, viria a nascer D. Miguel de Menezes, 6.º Marquês de Vila Real e 1.º Duque de Caminha, herdeiro da casa de seus maiores e que só teria descendência ilegítima, razão pela qual a casa haveria de passar para seu irmão D. Luiz de Menezes, 7.º Marquês de Vila Real, e pai do 8.º Marquês, D. Miguel de Menezes, Duque de Caminha.

A conjuração contra D. João IV viria pôr em triste evidência estes dois últimos fidalgos, que morreriam justicados, no Rossio, em 29 de Maio de 1641.

No tempo de D. Fernando de Menezes, algo de importante estava prestes a passar-se nesta alcandorada região citadina: — Ia nascer o *Bairro do Marquês*.

#### PARÁGRAFO IV

##### *Sumária notícia do «Bairro do Marquês».*

Ao alvorecer do Século XVI, o território do *Carmo* e da *Trindade*, cuja maior porção veio a constituir, em 1854, a Freguezia depois chamada do *Sacramento*, estava na posse directa de quatro senhores: — Os Frades da *Trindade*, os Frades do *Carmo*, a *Câmara de Lisboa* e os *Marqueses de Vila Real*.

Os chãos dos *Marqueses de Vila Real*, herdeiros dos bens territoriais da *Pedreira*, doados aos *Pessanhos*, espalmavam-se em frente dos Paços, ocupando o terreno onde hoje se traçam a *Calçada do Sacramento*, a *Rua Almirante Pessanha*, o Templo paroquial e parte do *Chiado* (até a altura onde se abria o *Bêco da Cruz*, de 1755 —

antiga *Travesas que vai para o Monturo*, do Século XVI — e onde confinavam com os chãos que eram da Cidade).

Ignora-se de quem partisse a ideia de uma resolução Régia tendente a urbanizar todo o território dentro de cêrca Fernandina; mas que houve um plano, houve. A «Carta» do Rei Venturoso corresponde a um verdadeiro plano de urbanização. Os seus termos não deixam dúvidas.

Logo ao princípio, diz:

«... que considerando nós como esta cidade he a principal de nossos reinos e como naquelas cousas que a façam mais nobrecida se deve muyto olhar e prover...»

e acrescenta

«... ella de cada dia se acrescenta assi em povoraçam como em muytas outras cousas do seo nobrecimento (...) e não possa haver cousa que pareça ho contrario (...) como he haver dos muros adentro della olivães em algumas partes (...) ordeno que se cortem e derribem os olivães de muros adentro.»

E fossem eles de Igrejas, Mosteiros, Morgados, ou grandes Senhores, todos seriam derribados.

Tanto os Trinitários, como os Carmelitas e os Franciscanos, como o Senado, os Duques de Bragança, e os Vila Reais, todos teriam de cumprir a ordem; e eram estes os principais senhores nesta região cidadã. Cêrcas, hortas e olivais sacrificaram-se: o sítio do *Carmo* e da *Trindade* ia perder as suas últimas feições campesinas — nascia o *Bairro do Marquês!*

Este local, que já fora sucessivamente chamado *Pedreira do Almirante* (Séculos XV e XVI até 1544), passava, agora, a ser conhecido por *Bairro do Marquês de Vila Real*, designação que persistiria de 1544 até o final do Século XVII; durante este período, também aparece designado por *Chãos e sequeiro do Marquês*. De 1688 em diante, e, segundo cremos, até o fatídico Ano de 1755, o Marquês de Vila Real esqueceu, e outro Marquês, o de Arronches, substituiu-o; temas assim o «*Bairro do Marquês de Arronches*».

Em obituários de 1688 e 1693 (*Óbitos* de 24 de Outubro de 1688, e 13 de Junho de 1693), lê-se nos Registos paroquiais: — *Bairro do Marquês de Arronches*.

Ficava o *Bairro* entre o *Carmo* e a *Rua Direita das Portas de Catarina* (*Estrada, Caminho* ou *Rua da Pedreira* — terceiro quartel do Século XIII; *Rua Pública que vai para a Porta de Santa Catelina* — 1409; ao depois *Rua do Chiado* — 1586; actual *Rua de Garrett*). Do lado Norte, desde a *Rua do Capitão dos Ginetes* ao Palácio dos Vila Reais, e, do lado Sul, desde a *Travessa que vai para o Monturo*

(*Bêco da Cruz*), de 1755), até à *Travessa do Bairro do Marquês*, antiga *Rua que vai para o Bairro do Almirante*, de 1409, e *Calçada do Sacramento*, dos nossos dias.

O *Livro do Lançamento de 1565* elucida-nos, alguma coisa, sobre os moradores do *Bairro do Marquês*; aparecem pintores, vinhateiros, pedreiros, braçais, luveiros, coronheiros, sapateiros, carpinteiros, tecedeiros, forneiros e um tabelião, citando-se, também, as casas de Vasco Nabo, de Luiz Vaz de Rezende, e de João de Ataíde de Mendonça. Os fidalgos, raro se mencionam, naturalmente por serem dispensados de *imposição*.

Mais tarde, nos Séculos XVII e XVIII viveram neste *Bairro* não poucos criados e escravos, adornados de nomes pomposos de grandes fidalgos da época. Isto, ao tempo, era vulgar: abundavam os negros e mulatos com os ilustres apelidos de: Melo, Meneses, Mascarenhas, Coutinho e Vilhena. Os nomes dos senhores refletiam-se nas cavalariças e *Pátios* onde habitava a escravaria de serviço.

#### PARÁGRAFO V

*Onde se fala da «Rua da Oliveira».*

A *Rua do Olival*, formou-se pelo alinhamento natural que faziam para o Levante os quintais dos Trinos e pela necessidade de aproveitamento da meia encosta da antiga herdade, posteriormente retalhada; seguia desde a esquina da *Rua da Portaria Velha* à *Rua do Bairro do Marquês* (nos chãos dos Marqueses de Vila Real), isto é, fazendo referências actuais, até à extremidade Sul do trôço Norte-Sul da *Rua do Almirante Pessanha*. Mais tarde, nos princípios do Século XVI, chamou-se *Rua do Capitão dos Ginetes*; em 1546, surge-nos com a designação de *Rua de João do Barreiro* (pedreiro a quem os trinos aforaram, em 1543, umas casas na *vila nova do Olival ao longo dos quintais*); e, finalmente, ao terminar o Século XVI, passa a chamar-se *Rua da Oliveira*.

O troço da *Rua da Oliveira*, desde a *Rua do Bairro do Marquês* (depois *Travessa da Cruz*), até à *Travessa da Marquesinha*, chamou-se, também, nos princípios do Século XVIII, *Travessa da Porta do Marquês*, por abrir para ela a porta principal do Palácio dos Arronches.

Tanto a *Travessa da Marquesinha*, como a *da Porta do Marquês* foram conhecidas por variadíssimos nomes. Vejamos a primeira:

*Travessa do Conde de Miranda*  
*Travessa do Leitão*  
*Rua dos Botaréos*  
*Rua que vai dos dos botaréos do Carmo para a Travessa de André Soares*  
*Rua que vai dos botaréos do Carmo para as Casas de Jerónimo Dias, Escrivão da Casa da Índia*  
*Rua de Jerónimo Dias* (segundo Cristóvão Roiz de Oliveira).

O nome de *Rua dos Botaréos* derivava do facto de lá desembarcar no *Terreiro do Carmo*, em frente aos arcos botantes que amparavam a fachada Sul da Igreja, os quais se deviam avistar mal se virasse para ela da *Quarta Travessa da Trindade*. Lançava-se no *Terreiro do Carmo* um quase nada mais ao Sul do local onde hoje a *Travessa do Carmo* se lança no *Largo* do mesmo nome; o seu leito corria mais ao Sul e com uma orientação diferente da orientação desta *Travessa*.

E, quanto à segunda:

*Primeira Travessa do Bairro do Marquês* (Século XVIII)  
*Travessa por cima da Igreja* (presumivelmente; tal nome aparece num óbito de 30 de Maio de 1677, e noutro de 1724)  
*Travessa por cima da Cruz* (presumivelmente; 1736).

A *Travessa da Porta do Marquês* (que ligava o *Terreiro do Carmo* à *Travessa do Monturo*) encontra-se, pois, actualmente representada pelo troço Sul-Norte da já citada *Rua do Almirante Pessanha*.

O lado Poente da *Rua da Oliveira*, na parte correspondente à actual *Rua do Almirante Pessanha*, era formada pela fachada do Palácio dos Mascarenhas. O lado Nascente, era constituído por três prédios pequenos: dois, davam para o *Terreiro do Carmo*, e o terceiro, o do Sul, para a *Travessa dos Poiais*; em 1611, ficava neste lado, defronte da fachada Nascente da casa nobre dos Mascarenhas, uma propriedade dos mesmos fidalgos, onde se encontravam instaladas as estrebarias de D. Nuno de Mascarenhas, Conde de Azinhoso, casado com D. Isabel de Castro (*Registos Paroquiais da Freguezia do Sacramento* —

*Assento de Óbito*, de 4 de Abril de 1611). No Século XVIII, este quarteirão pequeno viria a ser ocupado com dependências, cocheiras e habitações de criados dos Mirandas, Arronches e Lafões. Enquadrado por quatro serventias, a sua face Sul, como a do antigo Palácio dos Meneses, dava para a *Rua do Bairro do Marquês*.

Falecido D. Nuno em 30 de Janeiro de 1618, e D. Isabel em 15 de Janeiro de 1620, herdaram os terrenos que lhes pertenciam seus filhos D. António de Mascarenhas, um dos quarenta fidalgos da Aclamação, e D. João de Mascarenhas, Senhor de Palma e Alcaide-Mór de Castelo de Vide.

Em 1631, já havia um novo proprietário, D. António de Mascarenhas, Conde de Palma, filho e herdeiro de D. João; mas, pouco depois, houve qualquer transacção entre D. António, tio, e D. António, sobrinho, porque o Aclamador de El-Rei D. João IV veio a ficar dono de tudo.

Foi herdeira de toda a casa D. Maria Teresa de Castro, filha de D. António, tio, e de D. Isabel de Mendonça; esta senhora, já em 1653 se achava casada com o 3.º Conde de Miranda, D. Henrique de Sousa Tavares, futuro Marquês de Arronches (por mercê de D. Pedro II), que nos haveria de representar nas Córtes de Madrid, Londres e Amesterdão. D. Maria Teresa, no último período da sua vida, foi conhecida pela «Marquesa Velha de Arronches»; é assim nomeada por ocasião do seu falecimento, em 12 de Julho de 1702.

D. Mariana de Sousa, conhecida por «A Marquesinha», filha de D. Margarida de Vilhena e de D. Diogo Lopes de Sousa, 2.º Conde de Miranda, era irmã, pelo lado paterno, do 3.º Conde de Miranda e 1.º Marquês de Arronches, D. Henrique de Sousa Tavares, acima mencionado. Casou com Carlos José de Ligne, Príncipe do Sacro Império, filho do Senescal do Hainaut; tiveram: D. Luiza Casimira de Sousa Nassau e Ligne, filha única e herdeira, que veio a casar, em 30 de Janeiro de 1715, com o Infante D. Miguel (falecido a 13 de Janeiro de 1724), filho natural de D. Pedro II. Tiveram, entre outros, D. Pedro, que nasceu em 1718 e foi baptizado a 27 de Fevereiro desse ano, e a quem D. João V — seu tio paterno — por diploma de 21 de Junho de 1718 amerceou com o Título de Duque de Lafões e com o senhorio do Concelho deste nome.

(Continua)

# Amigos de Lisboa

Lista dos sócios aprova-  
dos durante o ano de 1945

- 1793 — Josefa Belo, proprietária
- 1794 — Manuel Coimbra, comerciante
- 1795 — Manuel dos Santos Lourenço, advogado
- 1796 — Emílio Augusto de Andrade, comerciante
- 1797 — Gustavo de Abreu Vidal, guarda-livros
- 1798 — José Augusto Fragoso Fernandes, advogado
- 1799 — Armando Narciso, médico
- 1800 — Fernando Alberto do Vale de Meneses, empregado de escritório
- 1801 — João Monteiro de Macedo, advogado
- 1802 — Sérgio Ivo Nunes Pereira, guarda-livros
- 1803 — Francisco Manuel Xavier Rodrigues, empregado de escritório
- 1804 — Simão Valdez Trigueiros de Martel (Conde Castelo Branco), engenheiro
- 1805 — Armando Acácio Rodrigues da Silva, comissário M. Mercante
- 1806 — René Charles Dupont Prendi Rodrigues da Silva, estudante
- 1807 — Alice Spati, professora
- 1808 — António Ferreira dos Santos, comerciante
- 1809 — Francisco Manuel Carvalho Rodrigues, estudante
- 1810 — F. H. de Oliveira & C.<sup>a</sup> Ltd.<sup>a</sup>
- 1811 — Armando José de Araujo Leal, empregado no comércio
- 1812 — Alberto Pereira Jorge, comercialista
- 1813 — Armando da Silva Pais, funcionário corporativo
- 1814 — Manuel de Figueiredo Pinto, construtor civil
- 1815 — Rui da Cruz Alves, comerciante
- 1816 — Manuel Mendes Ferreira, comerciante
- 1817 — Almeida Basto & Piombino, banqueiros
- 1818 — Companhia de Seguros AAachen & Munich
- 1819 — C. E. Moitinho d'Almeida, comerciante
- 1820 — Hermínio Mendonça, agente de leilões
- 1821 — Heinrich Katzenstein, comerciante
- 1822 — José Sabino Pereira, médico
- 1823 — Leopoldo Humberto Frederico de Drumond Ludovice, func. público



- 1824 — Companhia de Seguros «Alentejo»  
1825 — Maria Helena Assis Pacheco, empregada de escritório  
1826 — Sociedade Industrial Alegria  
1827 — Orlando Ribeiro, professor  
1828 — Gustavo Tedeschi Correia Neves, oficial do Exército  
1829 — E. A. Strassen, comerciante  
1830 — Guilherme da Costa Domingues, empregado de escritório  
1831 — Aníbal José da Mota Figueiredo, médico  
1832 — Grande Hotel Portugal  
1833 — Eduardo Maria Rodrigues, proprietário  
1834 — António Tomé de Brito, contabilista  
1835 — J. Nunes Correia & C.<sup>a</sup>, Ld.<sup>a</sup>  
1836 — Arnaldo de Carvalho, comerciante  
1837 — Hernani Vilar de Sousa Graça, caixeiro viajante  
1838 — Pedro de Lemos e Sousa Macedo, estudante  
1839 — Amadeu Gomes da Fonseca, industrial  
1840 — Joaquim Gamboa, médico  
1841 — Francisco Monterrasso Carneiro, proprietário  
1842 — Maria da Piedade Marques Rato, proprietária  
1843 — Vergílio Ramos, agente comercial  
1844 — José de Abreu, industrial  
1845 — Vítor Marques Simões, industrial  
1846 — Horácio Rogério dos Santos Douthel, guarda-livros  
1847 — Joaquim José de Azevedo Barbosa, industrial  
1848 — Augusto Molder, comerciante  
1849 — Alvaro Pacifico de Oliveira e Sousa, oficial do Exército  
1850 — António da Cunha Osório Pedroso, oficial do Exército  
1851 — Vicente Rodrigues, comerciante  
1852 — António Saúde, pintor d'Arte  
1853 — Germano Marques Fernandes, funcionário público  
1854 — Joaquim da Conceição Dias, empregado no comércio  
1855 — Luiz Caldeira Mendes Saraiva, conservador de Registo Civil  
1856 — Vítor de Oliveira Domingues, comerciante  
1857 — Alexandre Mendes da Silva, empregado de escritório  
1858 — Maria Helena Rita Garcia Romeu, empregada de escritório  
1859 — Álvaro Lino Antunes de Andrade, técnico industrial  
1860 — Carlos José da Cruz Morais Domingues, mecânico  
1861 — António da Costa Trancoso, proprietário  
1862 — António Neves Ruival Saavedra, técnico de engenharia  
1863 — José da Cruz Ferreira, guarda-livros  
1864 — Jaime Augusto de Morais, ourives  
1865 — João da Graça Caldeira, industrial  
1866 — João Casimiro da Silva Marques, empregado de seguros

- 1867 — Louis Eugéne Dumont, pintor d'Arte  
1868 — Fernando Euríco de Barros, proprietário  
1869 — Adelino Augusto Ferreira, mecânico,  
1870 — Gustavo Mateus Leal, guarda-livros  
1871 — José Eduardo de Lemos Lisboa, comerciante  
1872 — António Augustó Pires Quintela, professor  
1873 — Francisco José Guerra, consultor técnico  
1874 — Zilia Ribeiro Braga, empregada forense  
1875 — Miguel Pais do Couto, empregado no comércio  
1876 — Laurinda Alambre, médica  
1877 — Maria Lucília Leoni de Carvalho Branco, proprietária  
1878 — Manuel Ferreira, funcionário público  
1879 — Luiz Costa Pimentel, empregado de escritório  
1880 — Joaquim Rumina, médico  
1881 — António M. Ferreira Rodrigues, guarda-livros  
1882 — Augusto de Sá Viana Rebelo, advogado  
1883 — Custódia de Carvalho e Melo, escritora  
1884 — Eugénio Henrique Ramos, empregado de escritório  
1885 — Rui de Almeida Vasconcelos Almadanim Mousinho, funcionário público  
1886 — Gilberto Diocleciano Cardoso Monteiro, médico  
1887 — Jorge Augusto de Sousa, funcionário público  
1888 — Francisco Maria Carvalho, empregado bancário  
1889 — Godofredo Ferreira, funcionário público  
1890 — Maria Tomásia Garcês, proprietária  
1891 — Manuel Bernardes Calarrão, empregado bancário  
1892 — Miguel Guedes Costa, empregado bancário  
1893 — Indalecio Pires, empregado bancário  
1894 — Maria Leonor Santos Nogueira, assistente social  
1895 — Francisco Xavier Antunes, contabilista  
1896 — Adriana de Paiva Rodrigues, assistente social  
1897 — José Tomás Valente Rocha, médico  
1898 — Paulo Ferreira, industrial  
1899 — Amábilis Charbel de Girardin, proprietária  
1900 — Alexandre Pio dos Santos, empregado de escritório  
1901 — Aurélio Dias Cardoso, empregado de escritório  
1902 — Eduardo Henriques de Almeida, luveiro  
1903 — Júlio César de Almeida Rainha, engenheiro  
1904 — João Augusto dos Santos, médico  
1905 — Rogério Pereira Ramos, torneiro mecânico  
1906 — José Francisco Pires do Carmo, oficial do Exército

Os «Amigos de Lisboa»,

Preferem, para os seus seguros, a

# IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa

CAPTAÇÕES  
DE ÁGUA  
SUBTERRANEA



FUNDAÇÕES  
DE TODOS  
OS GÉNEROS

(Um quarto de século de especialização Técnica)

Empresa de Sondagens e Fundações

TEIXEIRA DUARTE, L.<sup>DA</sup>

Rua da Betesga, 57, 3.º, Esq.

LISBOA

Os Amigos de Lisboa

Preservem, para os seus seguros, o

# IMPÉRIO

UM BOM LIVRO

UM BOM JORNAL



RUA DO SALITRE, 151/155  
TELEF. 53173/4 — LISBOA

FUNDACÕES

DE TODOS

OS GÊNEROS

DE ÁGUA

SUBTERRÂNEA

(Instituto de Estudos de Engenharia e Arquitetura)

Empresa de Sondagens e Fundações

TEIXEIRA DUARTE Lda

LISBOA  
LISBOA

Rua do Salitre, 151/155, Lisboa

EXPOSIÇÕES FRANCISCO DUARTE GRÁFICOS



Recortes, letras em madeira e cortiça  
Trabalhos de Carpintaria e Marcenaria

Tel. 2 1483 ◆ 42, RUA DA VINHA, 42-A ◆ LISBOA

OS PRODUTOS da

## Companhia Portuguesa de Tabacos

SÃO OS PREFERIDOS  
PELO FUMADOR EXIGENTE

PICADOS: «Superior», «Francês»,  
«Virginia», «Duque», «Holandês» e  
«Águia»

CHARUTOS: «Irene» e «Argonautas»

### Cigarrilhas

Gamas, Avis, Diana, Legionários,  
Delta, Eureka, Menta, Lusos, Pro-  
visórios, Sporting, Navalistas, Ele-  
gantes, Furquesas, Tip-Top, Tagus,  
Sereias, Luxo, Sado, Argus, Ases, Sagres, Chic,  
Lisboa P, Peitoral

SÃO MARCAS DA

## Companhia Portuguesa de Tabacos

Arrendatária das Fabricas  
e marca de Tabacos do Estado

## Companhia Nacional de Navegação

Em 1881, há 65 anos,

a Empresa Nacional de Navegação

constituiu-se com dois vapores  
no total de 2.538 toneladas;

Em 1918, sucedeu-lhe a

Companhia Nacional de Navegação

que explora hoje cerca de 86 mil  
toneladas e

**Ao serviço do Império**

leva o nome de Lisboa a todos os  
mares do Mundo

# CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS CRÉDITO E PREVIDÊNCIA

Estabelecimento Autônomo do Estado

Serviços anexos { Caixa Nacional de Crédito  
Caixa Nacional de Previdência

Telefone (P. B. X.) 2 6181 a 2 6189

DEPÓSITOS À ORDEM E A PRAZO —  
EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS E SO-  
BRE PENHOR DE TÍTULOS — OPE-  
RAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS E  
COBRANÇAS — EMPRÉSTIMOS SO-  
BRE PENHOR DE OURO, JÓIAS E  
PRATAS PELA CAIXA DE CRÉDITO  
POPULAR — EMPRÉSTIMOS AGRÍCO-  
LAS E INDUSTRIAIS PELA CAIXA  
NACIONAL DE CRÉDITO

Filiais em todas as sedes de Distrito

Agências e delegações nas sedes dos Concelhos

# FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE TRIGO

Criada por Decreto-Lei n.º 22.871, de 24 de Julho de 1933, o seu estatuto fundamental foi reproduzido com as alterações julgadas convenientes por Decreto-Lei n.º 24.949 de 10 Janeiro de 1935.

Este Organismo tem orientado a sua actividade no sentido de corresponder plenamente aos salutaros princípios preconizados por Salazar — «Mais e Melhor».

Desde o seu início a F. N. P. T. movimentou até ao fim de 1945 nas diversas operações do seu labor, o avultado capital de:

Esc. . . . . **26.480.296.811\$00**

Pagou à Lavoura em bónus concedidos, sobre os adubos utilizados nas sementeiras, desde o ano de 1936:

Esc. . . . . **262.704.882\$88**

Entregou para as Casas do Povo desde o ano de 1936:

Esc. . . . . **12.058.430\$87**

Concedeu à F. N. A. T. desde Março de 1936 até Dezembro de 1945 o subsídio de:

Esc. . . . . **645.000\$00**

**ÂNGELO G. RAMALHEIRA**

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES  
PROJECTOS DE ESTABILIDADE  
BETÃO ARMADO

Rua da Madalena, 211-3.º — LISBOA

TELEFONES 28933—51556

**E. PINTO BASTO & C.<sup>A</sup> L.<sup>DA</sup>**

Navegação

Seguros

Exportações

Etc., etc.

Carvão

Representações

Transitários

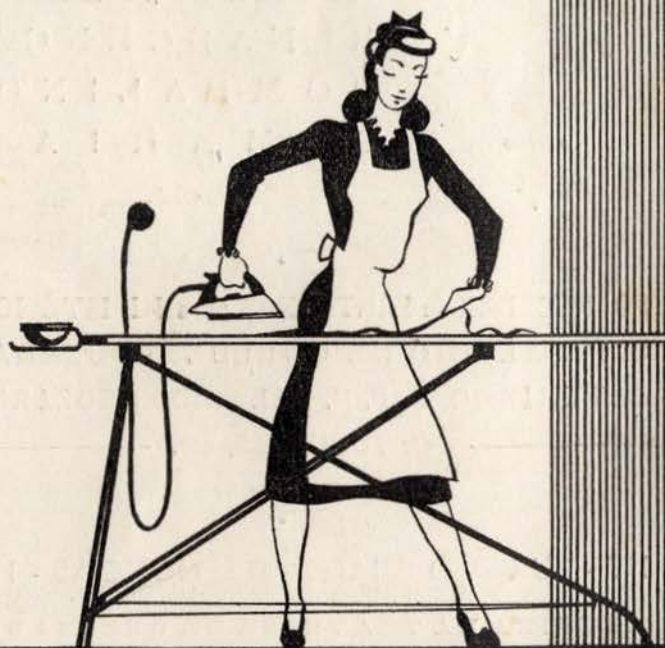
**NO PORTO**

**KENDALL, PINTO BASTO & C.<sup>A</sup> L.<sup>DA</sup>**



DEPRESSA E BEM...

Só com o FERRO  
ELÉCTRICO



C. IAS R. DAS GÁS E ELECTRICIDADE

# Ourivesaria da Guia

FUNDADA EM 1875

JÓIAS — OURO — PRATAS — RELÓGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 / Telefone 28336

Rua da Mouraria, 7-11 LISBOA

# Bertrand (Irmãos), L.<sup>da</sup>

Fotogravura

Tipografia

Fotólito

Desenho

T. Condessa do Rio, 27 — Telef.-21368 21227

## A LOJA DO ARGO

que é uma Sapataria

onde não se paga luxo e serve bem, concede ainda um desconto — especial aos —

AMIGOS DE LISBOA

Rua da Mouraria, 1 LISBOA — Telef. 2 9084

# TEODORO LOPES RAMOS



O MAIS ANTIGO FABRICANTE DE LANTERNAS estilos D. JOÃO V, RENASCENÇA, POMBALINO, D. MARIA I etc.

FORNECEDOR de LANTERNAS para MINISTÉRIOS, O. P. PALACIO DE QUELUZ, POUSADAS de TURISMO, S. P. N. PALACIOS e SOLARES PORTUGUESES, etc.

119 - RUA DO DIARIO DE NOTICIAS - 119 (ESQUINA DA TRAVESSA DA QUEIMADA)

LISBOA

Feliciano José da Silva



Ourivesaria, Jóias e Relojoaria



Rua Aurea, 163

LISBOA



## Leilões de livros

Procure, para venda dos seus livros, a única forma de os colocar bem

ARNALDO HENRIQUES DE OLIVEIRA

Já fez 125 leilões

L. do Calhariz, 14 Telef. 2 8477

CAMISARIA TUFÃO, L.<sup>DA</sup>

NOVIDADES PARA HOMENS

Rua Nova do Almada, 76

LISBOA // Tel. 2 1831

Miguel A. Fraga, L.<sup>da</sup> R. da Palma, 26-28 — LISBOA

Ourivesaria, relojoaria e joalheria

Grande sortido em MONOGRAMAS Em ouro e prata para carteiras

Há sempre jóias em 2.<sup>a</sup> mão

Tudo mais barato

OURO só pelo pêso

Compra-se Ouro, Prata e Brilhantes

Descontos especiais a todos os «Amigos de Lisboa»

Especialidade em Anéis, Medalhas, Alfinetes, etc., com retratos esmaltados em todos os formatos

NOVIDADE LITERARIA

CONFISSÃO E DEFESA DO ROMANCISTA

ensaio por

JOAQUIM PAÇO D'ARCOS

Preço 12\$50

Pedidos à PARCERIA ANTONIO MARIA PEREIRA

Rua Augusta, 52 — LISBOA